QUINTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2024



N<sup>a</sup> 25.745 Preço banca: R\$ 3,50

# Prévia da inflação recua em setembro e na comparação anual

Pessoas em situação de rua, um problema de todos

Página 6

Dinheiro do Bolsa Família não é para apostas, diz Wellington Dias

Página 3

## Lula condena conflito entre Israel e o Hezbollah no Líbano

www.jornalodiasp.com.br

Em seu último compromisso na 79<sup>a</sup> Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em Nova York, na quarta-feira (25) o presidente Luiz Inácio Lula da Silva condenou o conflito entre Israel e o Hezbollah no Líbano.

"É importante a gente lembrar que no Líbano o total de mortos é 620 pessoas. É o maior número de mortos desde a guerra civil que durou entre 1975 e 1990. É importante lembrar também que morreram 94 mulheres e 50 crianças, 2.058 pessoas feridas e 10 mil pessoas forçadas a recuar e esvaziar suas casas", disse Lula em coletiva de imprensa. Página 3

## Saúde vai intensificar ações para mitigar efeito de queimadas e seca



Página 3

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) divulgado na quarta-feira (25) desacelerou na comparação com o mês agosto, que registrou taxa de 0,19%, abaixo da expectativa do mercado financeiro, que esperava 0,28%.

Os números foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o instituto, com o resultado apurado em setembro, o índice acumulou alta de 4,12% em 12 meses, abaixo do patamar de 4,35% da divulgação anterior.

No acumulado dos últimos 12 meses, a taxa é de 4,12%, abaixo dos 4,35% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. No ano, o IPCA-15 acumula alta de 3,15%.

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, sete tiveram alta em setem-

A maior variação e o maior impacto positivo vieram de Habitação (0,50% e 0,08 p.p). Já Alimentação e bebidas (0,05% e 0,01 p.p.), grupo de maior peso no índice, registrou aumento de preços após dois meses de queda.

As demais variações ficaram entre o recuo de 0,08% de Transportes e o aumento de 0,32% em Saúde e Cuidados Pessoais.

Sete regiões analisadas tiveram alta em setembro. A maior variação foi observada em Salvador (0,35%), por conta da alta da gasolina (2,17%) e do gás de botijão (3,04%). Já o menor resultado foi em Recife (-0,37%), que registrou queda nos preços da gasolina (-4,51%) e da cebola (-31,80%). (Agência

## Pesquisadores criam modelo que prevê deslizamentos em São Sebastião

Página 2

DÓLAR	
Comercial Compra: 5,47 Venda: 5,47	Turismo Compra: 5,50 Venda: 5,68
EURO	
Compra: 6,09 Venda: 6,09	

## **Esporte**

# 'icar anuncia "Super Finais" e Fan Zone em Interlagos

Promotora da Stock Car Pro Series, Stock Series, BRB Fórmula 4 Brasil e Turismo Nacional, a Vicar anunciou na quarta-feira (25) alterações no calendário dessas competições para a temporada de 2024. Entre as novidades, está a volta de Goiânia, que receberá uma verdadeira festa do automobilismo entre 23 e 24 de novembro, enquanto o Autódromo José Carlos Pace, em Interlagos, São Paulo, será palco de um fim de semana emblemático com muitas atrações para fãs de todas as idades e a coroação dos campeões em quatro "Super Finais".

Cenário histórico para a Stock Car, o Autódromo Internacional de Goiânia Ayrton Senna voltará a receber a principal categoria do automobilismo brasileiro meses depois de ter sediado a corrida 600 da competição, no mês de julho. A mudança foi determinada em razão das obras no Autódromo Internacional de Brasília ainda não terem sido concluídas.

Goiânia será então a penúltima etapa da Stock Car em 2024 e, por isso, vai definir os pilotos que irão a Interlagos com chance de lutar pelo título. O mesmo vale para o BRB Fórmula 4 Brasil, que também conhecerá seus finalistas no traçado goiano.

Fãs de olho em Interlagos — Com as alterações, o traçado paulistano também concentrará as atenções dos fãs do esporte, pois receberá as esperadas Super Finais das quatro categorias, entre 13 e 15 de dezembro. Quem for a Interlagos conhecerá em primeira mão o futuro dono do Troféu dos Campeões da Stock Car Pro Series, o novo campeão ou campeã do BRB Fórmula 4 Brasil, assim como o próximo detentor do título da categoria de acesso Stock Series, que receberá o maior prêmio do automobilismo brasileiro, o equivalente a R\$ 2,5 milhões, para que o piloto possa ascender ao grid da Stock Car Pro em 2025.

No mesmo fim de semana, a Turismo Nacional realizará sua última etapa da temporada, a Endurance, uma prova de três horas que determinará ainda os campeões da própria Endurance e também da série Overall, que soma os pontos do campeonato de corridas de longa duração aos da



**Em** Goiânia, a Stock Car Pro Series vai determinar os finalistas da temporada

da categoria A da Turismo Nacio-

série Sprint. O campeão Overall tivos para disputar o último degrau antes da Stock Car Pro Serinal receberá um pacote de incenes: a categoria de acesso Stock

Series. Quem quiser assistir a ainda mais uma decisão não vai se decepcionar: no mesmo final de semana será disputada a etapa final da E-Stock, campeonato virtual da principal categoria do automobilismo nacional.

Às vésperas do fim do ano, capital paulista receberá um evento marcante e dedicado ao público de todas as idades, atraindo fãs de toda a família. Entre as novidades, está prevista uma grande Fan Zone, com shows musicais, ativações, food park e muito entretenimento, além de muitas outras atrações que serão anunciadas posteriormente. Confira a seguir o cronograma com as etapas restantes do calendário de competições da Vi-

## Marcelo Tomasoni é o primeiro piloto brasileiro a se tornar campeão da Porsche Cup na Europa



Marcelo Tomasoni celebra título em Mugello

O piloto Marcelo Tomasoni conquistou no último sába-

do (21), em Mugello, na Itália, um feito inédito para o automobilismo brasileiro, em sua temporada de estreia nas pistas europeias. Ele se tornou o primeiro campeão do país em um campeonato da Porsche Cup na Europa.

Correndo pela equipe alemã Proton Huber Competition, Tomasoni conquistou três poles, duas vitórias, três segundos e um terceiro lugar nas 10 corridas realizadas até aqui da Porsche Cup Suisse, carimbando o título antes mesmo das duas corridas finais.

"Sem palavras para descrever esse momento. Tem sido um ano muito especial na minha carreira. Temos trabalhado muito duro e alcançar esse título no ano de

estreia por aqui é algo incrível e importante demais para abertura de portas entre as equipes de GT3", comentou Tomasoni.

As grandes atuações na Porsche Cup colocaram o brasileiro no radar de fortes equipes de GT3, para competir como Piloto Bronze nas principais competições de Endurance na Eu-

Logo após a conquista em Mugello, o piloto viajou para Monza e realizou na segundafeira (23) mais um dia de teste com a equipe BMW Italia Ceccato Racing, a bordo do BMW

"Para ser sincero foram dias

diferentes. Conquistamos o título no sábado, em Mugello, e após a corrida seguimos direto para Monza para no domingo acompanhar o trabalho da Ceccato no Fanatec. A ficha foi cair na segunda-feira, durante o teste, uma mistura de emoções. Temos trabalhado muito a cada teste nos GT3, o nível dos Bronze é alto e só daremos esse passo com muita consciência", completou Tomasoni, que tem sua carreira gerenciada pela FS Managment, comandada por Augusto Farfus, que também elogiou a dedicação do piloto.

"A conquista do Marcelo mostra que um trabalho bem fei-

to, com uma preparação sob medida, somada à dedicação do piloto podem resultar em títulos internacionais. Ele teve uma carreira no Brasil muito bacana e, quando chegou à Europa, nós nos conhecemos e estudamos o melhor caminho a seguir", lembrou Farfus.

"Ele, com sua dedicação única, dominou a temporada. Eu fico muito orgulhoso de ter o Marcelo no time da FS e, acima de tudo, de ver o profissionalismo e a dedicação que ele aplicou a essa jornada. Tenho certeza de que é o primeiro de muitos outros títulos", finalizou Farfus.

# Pesquisadores criam modelo que prevê deslizamentos em São Sebastião

## Governo de SP sanciona projeto que reestrutura agências reguladoras e cria a SP Águas

O governador Tarcísio de Freitas sancionou, na segunda (23), no Palácio dos Bandeirantes, a Lei Complementar 35 de 2024, que prevê a atualização e padronização da Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) e da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp). A medida cria a nova Agência de Águas do Estado de São Paulo, a SP Águas, e faz

parte do plano de modernização de gestão SP na Direção Certa. O texto foi sancionado com veto

"Queremos gerar oportunidades, gerar emprego, fazer o estado ser mais competitivo e se desenvolver. Estamos tornando o estado menos burocrático, vamos aplicar a lei da liberdade econômica e fazer com que São Paulo vá na direção certa", disse o governador.



#### CÂMARA (São Paulo)

A chance de ser aceito um pedido da oposição sobre cassação [do prefeito Nunes - MDB] é praticamente zero, ainda que por polêmicas da atuação da Guarda Civil Metropolitana. Em tempo: as maiorias da corporação merecem reconhecimentos

#### PREFEITURA (São Paulo)

Em tempos de queimadas no Brasil, a agressão física [soco no rosto durante um debate fora da tv] sofrida pelo publicitário [do prefeito Nunes - MDB] Duda Lima, da parte de um assessor do Marçal (PRTB), não pôs fogo nas questões policiais e judiciais

#### GOVERNO (São Paulo)

Assim como o ex-presidente Bolsonaro (PL), com a esposa Michelle, pedem votos [legenda 22] pra candidatos(as) a vereador(a) na capital e pelo Estado, o governador Tarcísio (Republicanos) pede os mesmos votos [legenda 10] pra seus candidatos(as)

## ASSEMBLEIA (São Paulo)

Ex-vereador e ex-senador Suplicy, atual deputado [mais votado em 2022] segue pedindo votos na legenda 13, pra ajudar na conta eleitoral que pode evitar a queda ainda maior da atual bancada do PT, que pode perder cadeiras pro PSOL do Boulos

## **CONGRESSO (Brasil)**

Dependendo do tamanho da possível vitória [reeleição 2024] do prefeito paulistano Ricardo Nunes (MDB), o deputado federal Baleia Rossi [apadrinhado do ex-presidente Temer] pode virar liderança nacional de um partido que anteontem fez 57 anos ?

## PRESIDÊNCIA (Brasil)

Em tempos de jogos de azar dominando o Brasil, Lula (dono do PT) apostou seu futuro nas geopolíticas globais [via discurso lido na assembleia geral da ONU]. A questão é : ele combinou com os governos das nações que 'dominam todas as guerras' ?

## **PARTIDOS (Brasil)**

Histórias PSDB: Fabrício [filho da Zulaiê Cobra], Padula [extucaninho amado pela esposa do Mario Covas] e Lepique [afastado pelo Doria e trazido de volta pelo Bruno Covas] tão sendo expulsos por não aceitarem Datena (ex-PT e mais 10 partidos]?

## JUSTIÇAS (Brasil)

Independentemente dos candidatos que chegarão ou não ao 2º turno das eleições municipais 2024 na cidade de São Paulo, tanto no TRE - SP, como no Tribunal Superior Eleitoral, já se fala em histórias inéditas na grande história paulistana e paulista

O jornalista **Cesar Neto** faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa [Brasil] desde 1993, esta coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara [São Paulo] e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia [SP] - por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Clamei a Deus com a minha voz; a Deus levantei a minha voz, e ele inclinou para mim os ouvidos" Salmos 77:1

#### S. Paulo Jornal

Administração e Redação

Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3° andar

Filial: Curitiba / PR

CEP: 01332-030

Jornalista Responsável

Angelo Augusto D.A. Oliveira Mtb. 69016/SP

Periodicidade: Diária

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br Site: www.jornalodiasp.com.br

**Publicidade Legal** Atas, Balanços e

Assinatura on-line

Agência Brasil - EBC

Mensal: R\$ 20,00

Convocações Fone: 3258-1822

Exemplar do dia: R\$ 3,50 Impressão: Grafica Pana

Um inventário produzido por pesquisadores dos institutos de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) e de Geociências (IGc) da Universidade de São Paulo (USP) identificou mil pontos de escorregamento de solo na cidade de São Sebastião, no litoral norte paulista. O levantamento foi feito usando imagens aéreas feitas logo após desastre ocorrido por causa das fortes chuvas em fevereiro de 2013, que provocou a morte de 64 pesso-

O inventário que mapeou os pontos de deslizamento no município foi publicado no Brazilian Journal of Geology e ficarão também disponíveis no Zenodo, um repositório de publicações e informações de acesso aberto criado para facilitar o compartilhamento de dados e software.

Em entrevista à Agência Brasil, o coordenador do projeto e professor do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo (IAG/USP), Carlos Henrique Grohmann, disse que a maior parte desses pontos de escorregamento não estão em áreas urbanas, mas são importantes de serem identificados para orientar políticas públicas para a

"Em fevereiro do ano passado choveu absurdamente em São Sebastião. Foram 683 milímetros (mm) em menos de 15 horas, o que é mais ou menos metade do que se espera para o verão inteiro. Choveu em uma noite o que se espera para os três meses de verão. Então teve muito escorregamento", explicou o professor. De acordo com Grohmann, como foi uma chuva muito fora do padrão, não só em volume, mas também muito concentrada, o solo não aguentou, encharcado. "Escorregou em cima das áreas urbanas, das áreas de ocupação regular e teve também muitos eso lado menos pior: a maioria dos escorregamentos estão fora de áreas habitadas", explicou.

Os deslizamentos são processos geológicos comuns em regiões montanhosas, especialmente com clima tropical, como na Serra do Mar, onde está localizada a cidade de São Sebastião. "Na região [do litoral norte paulista], onde há morros com declividade alta, muito inclinados, a chance de escorregar é grande. E você junta isso a chuvas mais fortes, mais concentradas, de grande volume. Se chover mais, vai escorregar mais. Então, entender onde pode escorregar pode ser importante para os planejamentos [de políticas públicas]", disse o pesquisador.

Segundo ele, o projeto que a USP está desenvolvendo procura mapear principalmente essas áreas propensas a escorregamentos que estão em áreas naturais, já que as áreas urbanas já foram mapeadas. "As áreas urbanas já estão mapeadas como áreas de risco. Agora as áreas naturais, as áreas não habitadas, onde será que pode escorregar? Essa é uma análise que a gente chama de suscetibilidade a escorregamento", falou.

## Mapeamento de melhor pre-

As áreas naturais - e não habitadas - só conseguiam ser mapeadas após a ocorrência de um escorregamento. Então, foi preciso uma grande quantidade de escorregamentos para que elas pudessem ser mapeadas. "A gente olha onde aconteceu o escorregamento e olha como é o terreno. E aí, usando essas características, a gente tenta mapear outros lugares com características similares para dizer: 'esse lugar também é um lugar que pode um dia escorregar se chover bastante", explicou o professor.

Mas agora, esse mapeamento poderá ser feito de forma diferente e com maior exatidão. Em uma parceria feita com o Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo (IGC-SP), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), a cidade de São Sebastião poderá ser mapeada com uma tecnologia chamada Light Detection and Ranging (LiDAR), feita por meio de um avião ou helicóptero com um sensor laser acoplado. Essa tecnologia usa luz na forma de laser pulsado para medir alcances (distâncias) da Terra, obtendo dados com alta pre-

"Você tem uma precisão muito grande, um nível de detalhe muito grande também. E isso a gente não tinha antes. Aí veio o diferencial. Até hoje, a gente só tem dados que mostram como é o relevo, com menos detalhes. Agora, com esse laser, a gente vai conseguir fazer e ver a topografia com pixel na casa de um metro. Quer dizer que ela vai ficar mais precisa, vai melhorar muito o nível de detalhe de como vemos a superfície e o relevo", disse Grohmann. "E então vamos criar um modelo baseado nos dados do escorregamento de São Sebastião. E como a região da Serra do Mar é muito parecida em termos da própria morfologia, o tipo de morro, a chuva, a vegetação, então será possível expandir esse modelo para outras áre-

as da Serra do Mar". Em São Sebastião, o último levantamento divulgado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) mostra que o município tinha cerca de 2,2 mil casas em 21 áreas de risco de deslizamento em 2018. O órgão foi contratado em fevereiro deste ano pela prefeitura para atualizar esse mapa de risco após a tragédia.

Por meio de nota, a prefeitura de São Sebastião disse que não foi procurada ainda pelo grupo de estudo para colaborar com a extrema importância uma análise detalhada de um grupo tão importante quando este, formado pela USP" e que está aberta para colaborar, junto com sua Defesa

A administração municipal também informou que tem realizado ações para evitar novas tragédias, como a que ocorreu no ano passado. "Mas independente dessa análise, desde o começo do ano, o IPT está no município para fazer a atualização das áreas de risco uma vez que a tragédia mudou o perfil registrado anteriormente. Lembrando que a medida faz parte da revisão do Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR). Paralela a essas ações, a prefeitura, por meio da Defesa Civil, tem realizado simulados em áreas conhecidas por isso como forma de preparação da comunidade - foram nove em 2013 e sete neste ano", destacou a prefeitura, em nota.

Além disso, escreveu o município, uma parceria feita com o governo estadual possibilitou a implantação de uma sirene na Vila Sahy, bairro que foi o mais afetado pela catástrofe do ano passado, e a criação de uma estação meteorológica em Ilhabela para melhorar as previsões do tempo na região. Há também uma parceria feita com o governo federal para a implantação do programa Defesa Civil Alerta, que visa acionar os celulares de moradores da cidade sobre como agir na iminência de um desastre climático.

"O município fez a recuperação das áreas atingidas com investimento que ultrapassam os R\$ 200 milhões e, por meio da Secretaria de Educação, tem levado a prevenção para dentro das escolas, trabalhando com os alunos sobre riscos e formas de prevenção e evacuação, pois as crianças são multiplicadoras dentro de casa", completou a prefeitura. (Agên-

## Observatório em SP vai debater políticas de memória no Brasil

pinas (ADunicamp) e o Lugar de Memória (Lume) realizam na quarta-feira (25), em Campinas, a primeira reunião do Observatório das Políticas de Memória no Brasil, fechada para convidados e que deve dar corpo à sua dinâmica de trabalho. A iniciativa, idealizada pelo Lume, surge a partir da intenção de assegurar políticas públicas específicas para esse fim, incluindo as de cunho educativo e que chegam ao ensino básico.

O observatório ficará sob o guarda-chuva da diretoria executiva de Direitos Humanos da Unicamp e terá um docente designado para coordenar suas ações. O Lume deverá ser oficializado como parceiro. Além da reunião técnica, haverá um seminário aberto ao público e gratuito, com o tema "Políticas de Memória".

A coordenadora do Lume, Claudia Hoffmann, cursa o doutorado no programa de História da Unicamp e conta que, nesse período de sua vida acadêmica, teve acesso a muitos materiais teóricos relacionados à área de conhecimento em que se debruça, a de justiça, verdade e memóque diversos grupos atuantes nesse campo abordam questões em comum e buscam as mesmas

"A ideia surgiu a partir das dificuldades, [do entendimento de] que deveríamos ter um grupo mesclado, com uma articulação nacional, para fortalecer os lugares de memória, mas também de forma mais ampla, [para identificar] quais são todas as políticas de memória", elucida.

"Porque, do mesmo jeito que tem política de memória, tem política de esquecimento. A gente sabe que, na maioria dos estados, o relatório da Comissão da Verdade foi engavetado. Política de memória precisa ter orçamento público", declara ela, que optou por estudar a violência cometida contra quilombolas.

Para a coordenadora, que também é historiadora do Ministério Público do Paraná, doutoranda em História na Unicamp e integrante do Comitê Estadual Memória, Verdade e Justiça, muito do que aconteceu no Brasil ainda permanece omitido e parte dos fatos, mesmo quando registrados por pesquisadores, também não

AAssociação de Docentes da ria. Como pesquisadora, também chega às salas de aula. Um de maior familiaridade dos brasileiros com as verdadeiras versões dos acontecimentos e com conceitos como Justiça de transição, como forma de se combater o negacionismo histórico que apaga opressões como a perseguição de professores que fizeram oposição a regimes autoritários.

## Memória e Verdade

Outro plano é fazer parcerias com o Ministério Público. Conforme lembra Claudia, o Ministério Público Federal já conta com o Grupo de Trabalho (GT) Direito à Memória e à Verdade.

No final de agosto deste ano, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania organizou um evento para marcar a retomada da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. As atividades foram suspensas em 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro, que chegou a render homenagens a um dos mais violentos torturadores da ditadura civil-militar instaurada com o golpe de 1964, o coronel do Exército Brasileiro Carlos Brilhante Ustra, o primeiro a ser con-

Instituída pela Lei nº 9.140 de reconhecer como mortas pessoas que foram alvo de perseguição política e desapareceram no período de 1961 a 1988. Mais de 300 casos foram analisados, o que tornou possível o reconhecimento de mortes e o pagamento de indenizações às famílias das vítimas.

Devem participar do evento a Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência, Rede Latino-Americana e do Caribe de Sítios de Memória (Reslac), a Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência, representantes da Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), da Universidade de São Paulo (USP), do Ministério Público de São Paulo (MPSP), do Ministério Público do Paraná (MPPR), do Núcleo Memória, de São Paulo, e do projeto Arqueologias do DOI-Codi de São Paulo, que reúne especialistas da Unicamp, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Para aderir ao Observatório das Políticas de Memória no Brasil, é preciso entrar em contato por meio do Lume. (Agên-

## Pesquisa revela que 73% das pessoas utilizam bicicletas compartilhadas para evitar o trânsito

Cerca de 8 em cada 10 pessoas optaram por mudar a forma de se locomover devido ao trânsito nas metrópoles em 2024, é o que aponta um levantamento realizado pela Tembici, líder em tecnologia para micromobilidade na América Latina. O estudo, realizado com quase mil pessoas em nove capitais, indica que aproximadamente metade dos usuários (47%) passaram a evitar os horários de pico, e utilizar como alternativa modais não motorizados, visando uma alternativa de locomoção mais sustentável e eficiente, conseguindo fugir dos congestionamentos. O transporte público tornou-se uma opção para 33% dos respondentes, enquanto 28% afirmaram ter se mudado para mais próximo de seus destinos diários.

Com o retorno gradual do trabalho de forma presencial, o fluxo de automóveis nas principais vias aumentou significativamente. Por conta disso, o trânsito se tornou um problema na rotina de 7 em cada 10 usuários, que também afirmaram ter escolhido as bikes compartilhadas como principal meio para se locomover nas capitais.

Diante desse cenário, 81% dos participantes disseram que ajustam suas programações em função do tempo que passam em congestionamentos, fazendo com que a maioria busque alternativas para chegar até seu destino final, sendo esse percentual ainda maior em Recife (91%), São Paulo (89%), Belo Horizonte (88%) e Rio de Janeiro (77%).

"A pesquisa evidencia como a utilização de bikes compartilhadas é uma resposta efetiva às dificuldades enfrentadas diariamente pelas pessoas. Os usuários estão fazendo escolhas mais conscientes e buscando alternativas que promovam não apenas a sustentabilidade em seus deslocamentos, mas também a agilidade, em que a bike surge como uma alternativa ao trânsito e um modal para os deslocamentos do dia a dia." afirma Thiago Boufelli, Diretor de Operações da Tembici.

Empresa é líder em tecnologia para micromobilidade na América Latina,

## [ Nacional /

JornaF@DIA SP

# Beneficiários do Bolsa Família gastaram R\$ 3 bi em bets em agosto

Parte dos recursos dos programas sociais está indo parar nas casas de apostas. Segundo nota técnica elaborada pelo Banco Central (BC), os beneficiários do Bolsa Família gastaram R\$ 3 bilhões em bets (empresas de apostas eletrônicas) via Pix em agosto.

O levantamento foi feito a pedido do senador Omar Aziz (PSD-AM), que pretende pedir à Procuradoria-Geral da República (PGR) que entre com ações judiciais para retirar do ar as páginas das casas de apostas na internet até que elas sejam regulamentadas pelo governo federal.

Segundo a análise técnica do BC, cerca de 5 milhões de beneficiários de um total aproximado de 20 milhões fizeram apostas via Pix. O gasto médio ficou em R\$ 100. Dos 5 milhões de apostadores, 70% são chefes de família e enviaram, apenas em agosto, R\$ 2 bilhões às bets (67% do total de R\$

O relatório inclui tanto as apostas em eventos esportivos como jogos em cassinos virtuais.

O volume apostado pelos beneficiários do Bolsa Família pode ser maior. Os dados do BC incluem apenas as apostas via Pix, não outros meios de pagamento como cartões de débito e de crédito e transferência eletrônica direta (TED). O levantamento, no entanto, só registrou os valores enviados às casas de apostas, não os eventuais prêmios recebidos.

O BC também estimou o valor mensal gasto via Pix pela população em apostas eletrônicas. O volume mensal de transferências para bets variou entre R\$ 18 bilhões e R\$ 21 bilhões. Somente em agosto, o gasto somou R\$ 20,8 bilhões, mais de dez vezes o R\$ 1,9 bilhão arrecadado pelas loterias oficiais da Caixa Econômica

Em agosto, o Bolsa Família pagou R\$ 14,12 bilhões a 20,76 milhões de beneficiários. O valor médio do beneficio no mês ficou em R\$ 681,09

#### Declarações

Em evento organizado por um banco em São Paulo, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse que as transferências via Pix para apostas triplicaram desde janeiro, crescendo 200%. Ele manifestou preocupação que o comprometimento da renda, principalmente de camadas mais pobres, com as bets prejudique a qualidade do crédito, por causa de um eventual aumento da inadimplência.

"A correlação entre pessoas que recebem Bolsa Família, pessoas de baixa renda, e o aumento das apostas tem sido bastante grande. A gente consegue mapear o que teve de Pix para essas plataformas e o crescimento de janeiro pra cá foi bastante grande. A gente pega o ticket médio e subiu mais de 200%. É uma coisa que chama atenção e a gente começa a ter a percepção de que vai ter um efeito na inadimplência na ponta", comentou Campos Neto.

Na semana passada, o Ministério da Fazenda anunciou a suspensão das bets que não tiverem pedido, até 30 de setembro, autorização para operar no país. Na ocasião, o ministro Fernando Haddad comentou que o país enfrenta uma pandemia de apostas on-line.

"A regulamentação tem a ver com a pandemia de apostas eletrônicas que está instalada no país e que nós temos que começar a enfrentar, que é essa questão da dependência psicológica dos jogos", disse Haddad. "O objetivo da regulamentação é criar condições para que nós possamos dar amparo. Isso tem que ser tratado como entretenimento, e toda e qualquer forma de dependência tem que ser combatida pelo Estado." (Agência Brasil)

## Dinheiro do Bolsa Família não é para apostas, diz Wellington Dias

O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, divulgou nota na quarta-feira (25) afirmando que os programas sociais de transferência de renda foram criados para garantir a segurança alimentar e atender às necessidades básicas das famílias em situação de vulnerabilidade.

"A prioridade sempre será combater a fome e promover a dignidade para quem mais precisa", destacou.

A nota foi divulgada logo após publicação de nota técnica elaborada pelo Banco Central (BC) que aponta que os beneficiários do Bolsa Família gastaram R\$ 3 bilhões em bets (empresas de apostas eletrônicas) via Pix em agosto.

Dias afirma ter solicitado

esclarecimentos ao Ministério da Fazenda e destacou ainda a proposta em andamento para a regulamentação desse mercado no Brasil.

"Tenho certeza de que o governo federal, ao tratar desse tema, levará em consideração a proteção dos mais vulneráveis e os impactos sociais que possam surgir", reforçou, destacando que irá acompanhar a regulamentação e encontrar mecanismos para evitar que dinheiro dos benefícios sociais sejam utilizados em jogos.

"Nosso foco permanece firme: garantir que o Bolsa Família continue sendo um instrumento eficaz de combate à pobreza e à insegurança alimentar. Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para que esse objetivo se mantenha", disse, em nota. (Agência Brasil)

## Saúde vai intensificar ações para mitigar efeito de queimadas e seca

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, anunciou na quartafeira (25) que vai intensificar os trabalhos da Sala de Situação Nacional de Emergências Climáticas em Saúde, diante do atual quadro de secas, queimadas e demais ocorrências geradas pelas mudanças no clima. A Sala de Situação existe desde junho e tem como objetivo planejar, organizar, coordenar e controlar as medidas a serem empregadas em momentos de urgência.

O excesso de fuligem e fumaça no ar, associado ao clima seco, pode provocar mal-estar a muitas pessoas, em especial crianças e idosos. Especialistas têm apontado preocupação com a saúde da população diante do agravamento dos cenários de seca.

Segundo a ministra, a partir dos dados obtidos pelo programa Vigiar (Vigilância em Saúde Ambiental e Qualidade do AR), o Ministério da Saúde estabelece

estaduais e municipais de saúde pelo país.

Nísia destacou que, apesar de as recomendações do Ministério de Saúde serem uniformes, existe a necessidade de se observar as especificidades de cada região. "Há uma capilaridade na forma de atuar que precisa ser feita em conjunto com as equipes do estado e dos municípios", disse, durante entrevista do programa Bom dia, ministra.

A ação da Força Nacional SUS, a postos no apoio aos estados e municípios atingidos pelas queimadas, também pode ser intensificada principalmente no reforço das equipes do programa Saúde da Família e nas unidades básicas de saúde.

## Vanomami

Durante entrevista, Nísia destacou ainda a ampliação do número de médicos no território Yanomani, com a contratação de 400 profissionais de saúde, como ginecologistas, obstetras, médicos de família, pediatras, infectologias, socorristas e sanitaristas. O investimento foi feito em conjunto pela Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) e a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AgSus).

#### Arboviroses

A ministra citou ainda o lançamento do plano de ação para redução dos impactos das arboviroses. Segundo ela, a dengue ampliou sua escala de presença chegando hoje a cerca de 200 países. "O Uruguai, por exemplo, teve agora uma primeira epidemia de dengue", comentou. A intenção do ministério é, além das estratégicas tradicionais no combate ao mosquito Aedes Aegypti (transmissor da doença), utilizar novas tecnologias a partir de estudos científicos, como o chamado Método Wolbachia, conduzido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Trata-se de um método de liberar os mosquitos com a bactéria chamada Wolbachia, que impede o desenvolvimento dos vírus da dengue, zika e chikungunya e febre amarela no organismo dos insetos, de modo a inibir o contágio em seres humanos a partir das suas picadas.

#### Ultraprocessados

A ministra ainda comentou que tem tratado com o ministro da economia, Fernando Haddad, aspectos da reforma tributária enfatizando a necessidade de aumentar a incidência de impostos sobre produtos ultraprocessados e cigarros, prejudiciais à saúde da população.

O programa Bom Dia, Ministra é uma produção da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) e da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), exibido ao vivo e conta com o formato de entrevista coletiva, com participação de repórteres de diversas partes do país.

## Após ausências, relação candidato/vaga do CNU é recalculada

Lula condena conflito

entre Israel e o

Hezbollah no Libano

A ausência de pouco mais de 1 milhão de inscritos no Concurso Público Nacional Unificado (CNPU) alterou a relação candidato/vaga. Os novos números foram divulgados nesta quartafeira (25) pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

E possível conferir a nova relação candidato/vaga no site do MGI. Lá, estão disponíveis os dados separados por blocos temáticos e também por órgãos participantes do concurso.

Conforme já havia sido adiantado pela ministra Esther Dweck poucas horas após a realização das provas, o maior percentual de abstenção foi no nível médio, o bloco 8. Esse bloco ti- pessoas no banco de candidatos

Em seu último compromis-

so na 79<sup>a</sup> Assembleia Geral das

Nações Unidas (ONU), em

Nova York, na quarta-feira (25)

o presidente Luiz Inácio Lula

da Silva condenou o conflito

entre Israel e o Hezbollah no

mortos é 620 pessoas. É o mai-

or número de mortos desde a

guerra civil que durou entre

1975 e 1990. È importante lem-

brar também que morreram 94

mulheres e 50 crianças, 2.058

pessoas feridas e 10 mil pes-

soas forçadas a recuar e esva-

ziar suas casas", disse Lula em

dânia já morreu muita gente,

genocídio na Faixa de Gaza. É

importante lembrar que o pri-

com 5.700 pessoas feridas.

Ele lembrou que na Cisjor-

"Além do que eu chamo de

coletiva de imprensa.

Os oito blocos temáticos estão separados por área de atuação, para preenchimentos de 6.640 vagas em 21 órgãos federais, conforme a especialização ou formação do candidato.

O chamado Enem dos Concursos terá um modelo de seleção inédito, com formação de um banco de candidatos aprovados em lista de espera, para futuras convocações, o que aumentará as chances de convocações dos aprovados.

Com a iniciativa, cada um dos oito blocos terá um cadastro reserva com o dobro do número de vagas imediatas do respectivo bloco o que resultará em 13.280

## Anvisa alerta sobre uso seguro de fórmulas infantis

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) soltou um alerta sobre o uso seguro de fórmulas infantis. Entre as recomendações está a de que os consumidores evitem comprar fórmulas infantis importadas por meio de comércio eletrônico, devido à dificuldade para saber a origem e a regularização do produto.

Fórmulas infantis são produtos, em forma líquida ou em pó, especialmente fabricados para satisfazer as necessidades nutricionais de públicos específicos. Esses produtos precisam ter registro na Anvisa, conforme determina a legislação, e somente devem ser utilizados sob prescrição por profissional de saúde habilitado, como médico pediatra ou nutricionista.

As fórmulas infantis podem ser classificadas como alimentos destinados à alimentação de lactentes (0 a 6 meses de idade) e/ou de seguimento para lactentes (6 a 12 meses de idade) e/ou crianças de primeira infância (1 a 3 anos de idade).

#### Regularização de fórmulas infantis

As fórmulas infantis são alimentos que necessitam de registro na Anvisa antes da sua importação, fabricação, comercialização ou dispensação. O consumidor deve ficar atento e adquirir



somente produtos com procedência conhecida.

O rótulo do produto deve informar o número de registro. Para confirmar o registro do produto, a Anvisa sugere uma consulta à base de dados disponível no portal da agência.

## Uso de maneira segura

A agência pede que o consumidor só utilize fórmulas infantis com orientação de um profissional de saúde habilitado, como médico pediatra ou nutricionista. O Ministério da Saúde e a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendam o aleitamento materno até os dois anos de idade ou mais e de maneira exclusiva até os seis meses de vida.

E preciso ler todas as instru-

ções de preparação presentes no rótulo. A correta higienização de utensílios que entram em contato com a fórmula, como mamadeiras, copos e colheres, também é fundamental para garantir a segurança do produto.

O órgão alerta ainda para que a diluição seja feita na quantidade adequada, conforme informado pelo fabricante, e na temperatura segura (70°C), que garante o menor risco de contaminação por microrganismos perigosos, como bactérias do gênero Cronobacter e Salmonella.

## Eventos adversos

De acordo com a Anvisa, os eventos adversos relacionados ao uso de fórmulas infantis devem ser relatados à empresa res-

ponsável, conforme contato disponível no rótulo do produto, e podem ser notificados à Anvisa.

A notificação de eventos adversos relacionados ao consumo de alimentos industrializados, inclusive fórmulas infantis, deve ser realizada em formulário espe-

#### Quem pode comunicar um problema?

Todo cidadão, consumidor, fabricante, profissional de saúde ou empresa responsável pode comunicar suspeitas de irregularidades envolvendo a segurança de alimentos industrializados, inclusive fórmulas infantis.

## Dados para notificação

registro (se houver).

rio de notificação documentos de imagem, por exemplo, foto do produto, do rótulo ou da embalaimportante descrever em detalhes os eventos adversos apresentados. (Agência Brasil)

#### Líbano. 'É importante a gente lembrar que no Líbano o total de

Para notificar uma suspeita de evento adverso relacionado ao consumo de alimentos industrializados, é importante informar o nome do produto, a marca, o fabricante, o lote, a data de fabricação, a data ou prazo de validade e o número do

É possível anexar ao formulágem do produto. Além disso, é

#### meiro-ministro Benjamin Netanyahu foi julgado pelo Tribunal Internacional que julgou Vladimir Putin e ele está condenado da mesma forma que o Putin. È importante lembrar que já foram feitas várias discussões aqui no Conselho de Segurança da ONU, várias tenta-

Para o presidente, os países que dão sustentação ao discurso do primeiro-ministro Netanyahu precisam começar a fazer um esforço maior para que esse genocídio pare porque o mundo está numa situação de um lado cuidando do

tivas de paz e de cessar-fogo

foram aprovadas e que ele não

dade de vida e reduzir o gás de efeito estufa, e de outro lado

os seres humanos se matando. "Portanto eu condeno de forma veemente esse comportamento do governo de Israel que eu tenho certeza que a maioria do povo de Israel não concorda com esse genocídio. Também estamos brigando para libertar os reféns do Hamas. Não tem sentido fazer reféns pessoas inocentes. É importante que o Hamas contribua para que haja mais eloquência para liberar os reféns. Eu acho que a humanidade não pode conviver e aceitar como normalidade o que está acontecendo em Israel, na Faixa de Gaza, no Líbano, na Cisjordâ-

nia", disse Lula. Lula reiterou o posicionamento do Brasil da necessidade de renovação das Nações Unidas para que ela possa resolver conflitos que hoje estão à deriva porque não tem governança global no mundo.

"Se a gente não renovar a ONU, colocando mais representatividade de mais continentes, a geopolítica de hoje é diferente da de 1945, a importância dos países também é diferente para mais ou para menos. Então o que estamos defendendo é que haja uma nova geopolítica para que a gente possa ter a totalidade dos continentes representados na ONU, inclusive no Conselho de Segurança acabando com o direito de veto e aumentando o poder de comando das Nações Unidas", afirmou o presidente. (Agência Brasil)

## PF cumpre 140 mandados em operação contra abuso sexual de crianças contou com o apoio da Agên-

A Polícia Federal cumpriu na quarta-feira, 141 mandados de busca e apreensão, em todas as unidades da federação, contra suspeitos de armazenar e compartilhar material de abuso sexual infantoiuvenil.

A Operação Terabyte conta com o trabalho de mais de 750 policiais, entre federais e civis. Além disso, a Polícia Federal cia de Investigação Interna (Homeland Security Investigations – HSI), da Embaixada dos Estados Unidos. A operação busca identifi-

car e prender criminosos em todo o país que agem, principalmente, na internet com o intuito de armazenar e compartilhar material de abuso sexual de

crianças e adolescentes. O nome da operação - Tera-

byte – foi escolhido porque "terabyte" é o nome dado à unidade de armazenamento de dados cibernéticos e que equivale a 1.000 (um mil) gigabytes. A operação objetiva investigar, primordialmente, indivíduos que tenham ou trafeguem grande quantidade de material de abuso sexual infantil.

De acordo com a corporação, de dezembro de 2023 a agosto de

portância de monitorar e orientar seus filhos no mundo virtual e fisico, protegendo-os dos riscos de abusos sexuais. (Agência Brasil)

2024, foram cumpridos 1.291 mandados de prisão de abusadores sexuais que estavam pendentes. A Polícia Federal alerta aos pais e responsáveis sobre a im-

planeta para ter melhor quali-

cumpre", acrescentou.



## JornaFODIA SP Nacional

# Nos EUA, Lula tem encontros com Macron e Rei da Jordânia

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve encontro bilateral com o presidente da França, Emmanuel Macron, na terça-feira (24), em Nova York, em agenda paralela à 79ª Assembleia das Nações Unidas. Segundo o governo brasileiro, os dois líderes conversaram sobre cooperação na área industrial e de defesa e discutiram

a questão dos vistos na fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa.

Lula e Macron também falaram sobre o Ano do Brasil na França e o Ano da França no Brasil, em 2025, quando os dois países celebrarão os 200 anos de relações

Os dois presidentes também

Ucrânia, a situação da Venezuela e a cooperação com o Haiti para a segurança e o desenvolvimento do país caribenho.

Lula também se reuniu com o Rei Abdullah II, da Jordânia, em Nova York.

Na conversa, segundo a Presidência da República, o principal assunto foi o conflito no Oriente Médio, com foco na crise humanitária resultante da guerra de Israel na Faixa de Gaza e, agora, no

Primeiro chefe de Estado a discursar no debate da 79ª Assembleia Geral da ONU, Lula afirmou que o Brasil não vai tolerar crimes ambientais e prometeu o fim do desmatamento ilegal até 2030.

Em outro evento paralelo, em defesa da democracia, o presidente criticou a quebra de confiança do regime democrático, abalado pelo agravamento da exploração capitalista, abrindo espaço para extremismo e forças totalitárias.

A agenda de Lula em Nova York prosseguiu na quarta-feira (25), com reuniões bilaterais pre-

giosa, causada pela ação de uma

potente toxina produzida pela

bactéria Clostridium botulinum

(C botulinum). O agente etioló-

gico entra no organismo por

vistas com os presidentes da África do Sul, Cyril Ramaphosa; da Colômbia, Gustavo Petro; e da Guatemala, Bernardo Arévalo.

Além disso, o presidente deve participar da abertura de uma Reunião Ministerial do G20 e de um almoço de trabalho sobre o Novo Pacto Financeiro Global. (Agência Brasil)

# Bahia registra seis casos de botulismo, com duas mortes confirmadas

Uma doença rara e grave preocupa a população baiana. Na quarta-feira (25), a Vigilância Epidemiológica da Bahia confirmou o sexto caso de botulismo no estado desde janeiro de 2024.

Duas pessoas morreram, três ainda estão hospitalizadas e apenas um paciente teve alta. Elas são dos municípios de Salvador, Campo Formoso, Senhor do Bonfim e Cícero Dantas.

A principal suspeita é de que infecção se deu por meio da ingestão de mortadela de frango contaminada.

Em 2023, foram registrados dois casos de botulismo na Bahia, sendo ambos em Feira de

Em vídeo divulgado no site da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, a coordenadora de Doenças e Agravos Transmissíveis, Eleuzina Falcão, ressaltou que por se tratar de uma doença grave, um caso já seria considerado surto. Ela pede que

sintomas, especialmente a uma eventual paralisa muscular re-

"É fundamental também redobrar o cuidado com alimentos e bebidas. Verificar prazo de validade, selo de qualidade, lata estufada, vidros embaçados",

do Ministério da Saúde, o bodos que não têm produção e/ tulismo é uma doença neuropaou conservação adequada. ralítica grave, rara, não conta-

Sua notificação é compulsória e imediata (em até 24 horas) para que as ações de vigilância sejam realizadas em tempo de prevenir outros casos. A doença pode levar à morte por paralisia da musculatura respiratória. (Agência Brasil)

#### meio de ferimentos ou pela inalerta Eleuzina. a população fique atenta aos De acordo com o glossário gestão de alimentos contamina-

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PARATAEKWONDO

A Confederação Brasileira de Parataekwondo, convoca os filiados para comparecer a Assembleia Geral da Reorganização Social, no dia 16/11/2024, às 10h em 1a chamada, e às 10:30 horas em segunda, na Rua Juvenal Parada, nº 32 – Mooca – São Paulo (SP), para tratar: Eleição da nova diretoria. João Gentil

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1020082-37.2020.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5º Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Rodrigo de Azevedo Costa, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ESPÓLIO DE FREDERICO MARTINS DA COSTA CARVALHO, CPF 30879116820, na pessoa inventariante GII Costa Carvalho, ESPÓLIO DE FRANCISCO MARCIO DA COSTA CARVALHO, CPF 045.278.108-63, na pessoa de seu herdeiro Gustavo, LUCIA RIBEIRO VAIRO, CPF 005.278-93, VOLANDA VIDIGAL MEYER, RS. 809248, GERALDO DE CAMARGO VIDIGAL, GARGO COSTA CARVALHO, CIPP 045.278.108-63, na pessoa de seu herdeiro Gustavo, LUCIA RIBEIRO VAIRO, DE CAMARGO VIDIGAL, (SAP documento), MRDENS DE CAMARGO VIDIGAL, (SAP documento), RUBEINS DE CAMARGO VIDIGAL, (SAP documento), RUBEINS DE CAMARGO VIDIGAL, (SAP documento), ROBERTO CARLOS DA COSTA CARVALHO VIDIGAL, (SAP documento), LITA MAGAIENA MARIA DA COSTA CARVALHO VIDIGAL, (SAP documento), ALCIDES DA COSTA VIDIGAL FILHO, (SAP documento), Irmã Madalena Maria de Sion, no século MARTA MARIA DA COSTA CARVALHO VIDIGAL, (SAP documento), ALCIDES DA COSTA VIDIGAL FILHO, (SAP documento), Irmã Madalena Maria de Sion, no século MARTA MARIA DA COSTA CARVALHO VIDIGAL, (SAP documento), ALCIDES DA COSTA CARVALHO VIDIGAL, (SAP documento), ALCIDES DA COSTA CARVALHO VIDIGAL, (SAP documento), LIPE DE FERNANDO COSTA CARVALHO VIDIGAL, (SAP documento), ALCIDES DA COSTA CARVALHO VIDIGAL, (SAP dOCUMENTO), QUE CARVALHO VIDIGAL, (SAP DA CARVALH

## ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILOES

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO LIBERDADE TAEKWONDO CENTER CLUBE

DIMAS OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF Nº 08.428.342/0001-19 - NIRE 35.300.336.348

CERTIFICAÇÃO ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2024

Certificamos que a Assembleia Geral Extraordinária de 11/07/2024, às 9h, foi registrada junto a **Jucesp** sob n

349.728/24-0 Em Sessão De 19/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral

O Liberdade Taekwondo Center Clube, convoca os filiados em dia e em pleno gozo de seus direitos, conforme Estatuto para Assembleia Geral para eleição da nova gestão, dia 29/10/2024, às 10 h. em 1ª chamada e às 10:30 em segunda. Av. Eliseu de Almeida, 280 – S.Paulo (SP). Yeo Jin Kim - Presidente

**ADL INVESTIMENTOS S.A.** CNPJ 22.387.312/0001-32 e NIRE35300532899

EDITAL CONVOCAÇÃO AGE

Dados: 11/10/2024, 10:00am (11:00am para Segunda Convocação), na Rua Diego de Castilho, n. 500, cobertura - BL03, Morumbi, SP/SP. **Ordem do Dia**: Reforma clausula 3ª do Estatuto; eleição Diretoria e remuneração; alteração sede social. SP, 25/09/2024. Vinícius B. Baléche.

## **Jornal** O Dia SP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO O SINDICATO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS FERROVIÁRIOS E

DEMAIS CATEGORIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO-SINDAPFER (CNPJ-01.534.371/000116), através de sua Diretoria, nos termos do Estatuto, CONVOCA todos os seus associados para participarem da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 30 de outubro de 2024 (30/10/2024), às 10,00 horas, em primeira convocação, ou 11,00 horas, em segunda convocação, em sua sede social localizada na Av. Cásper Líbero, nº 522, 2º Andar, São Paulo-SP, para eleição e posse da Diretoria e do Conselho Fiscal, com a seguinte Ordem do Dia: 1)- Leitura do Estatuto (partes referentes às eleições); 2)- Discussão e deliberação sobre os critérios do processo eleitoral; 3)- Eleição e posse da Diretoria e do Conselho Fiscal para o triênio outubro de 2024 à outubro de 2027; - nos termos dos artigos 24, § único e 35, § único do Estatuto. - São Paulo, 26 de setembro de 2024, - A DIRETORIA - LEONOR GUATROCHI DE LUNA - PRESIDENTE

## Hauolimau Empresas e Participações S.A.

CNPJ nº 55.042.623/0001-19 NIRE 35.300.637.411

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 19 de Agosto de 2024

I. Data, Horário e Local: Realizada em 19 de Agosto de 2024, às 10:00 horas, na sede da Hauolimau Empresas Participações
S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jesuino Arruda, nº 888, Apto 12, Itaim Bibi, CEP 04532-082 ("Companhia"). II. Convocação e Presença: Dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de F de Acionistas da Companhia. III. Composição da Mesa: Jullian Toledo Salqueiro - Presidente: Leticia Cristine Tevola Secretária. IV. Ordem do Dia: deliberar sobre: 1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumá-Secretária. IV. Ordem do Dia: deliberar sobre: 1. Autorizar a lavratura da ata a que se retere esta Assembiena na rorma sumaria, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. 2. Alteração do endereço da sede da Companhia para Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1455, 4º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e a consequente alteração do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia para refletir o novo endereço, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 2º - A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1455, 4º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, podendo, por deliberación de la companhia de la cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1455, 4º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, podendo, por deliberación de la companhia para refletir o nova de la companhia para refletir o nova entre la companhia para refletir o nova entre la companhia para refletir o nova entre la companhia de la companhia para refletir o nova entre la companh ração da Diretoria, abrir ou encerrar filiais, escritórios e outras dependências, no país ou no exterior " 3 A reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia em vista da deliberação acima na forma do Anexo I a esta Ata. V. Deliberações: os acionistas aprovam, por unanimidade e sem ressalvas, a totalidade das matérias da ordem do dia. VI. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada pelos presentes, ficando autorizada sua lavratura na forma de sumário e publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, como facultado pelo artigo 130, §1º e §2º, da Lei das S.A. pela Secretária. Certifico que este documento é cópia fiel da Ata lavrada no Livro de Atas das Assembleias Gerais da Hauolimau Empresas e Participações S.A. São Paulo, 19 de agosto rua laviada no Livio de Alas das Assembleias Gerais da Hadoliniad Empresas e Participações S.A. São Palui, y De adjosto. De 2024. JUCESP nº 337.802/4-9 em 90/9/24. Maria Chistina Frei - Secretária-Geral Jullian Toledo Salgueiro - Presiden-te; Leticia Cristine Tevola - Secretária. Anexo I: Estatuto Social: Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º - Hauolimau Empresas e Participações S.A. é uma sociedade por ações que se rege por este Estatuto e pelos dis-positivos legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1455, 4º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 0454-011, podendo, por delibe-ração da Diretoria, abrir ou encerrar filiais, escritórios e outras dependências, no país ou no exterior. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social: (i) a participação em sociedades, associações, fundos de investimento, como sócia, acionista ou quotista; (ii) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica. Artigo 4º - É indeterminado o prazo de duração da Companhia. Capítulo II - Do Capital: Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$1.000,00 (mil reais), representado por 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado. Artigo 6º - Parágrafo Único: A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias. Capítulo III - Da Assembleia Geral: Artigo 7º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. §1º - A Assembleia Geral será presidida por acionistas que convidarão, dentre os presentes, o secretário dos trabalhos. §2º - As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções legais, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco. §3º - As deliberações da Assembleia Geral serão validas somente se tomadas em conformidade com as disposições das S.A., conforme alterada. §4º - Auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobilários. Capítulo IV - Administração: Artigo 8º - A administração da Companhia será exercida por uma Diretoria. §1º - Os membros da Diretoria da Companhia serão investidos nos seus cargos, mediante assinatura do termo de posse lavrado no livro de atas de reuniões desses órgãos, devendo permanecer em exercício até a assinatura do tentro de posse aviador los invo de atas de traincies desses orgatos, devendo permanecer en exercicio and investidura de seus sucessores. §2º - Não será exigida garantia para o exercício do cargo de Diretor da Companhia. Artigo 9º - A remuneração global dos administradores será fixada pela Assembleia Geral e a remuneração individual de cada administrador (inclusive eventuais bônus) será fixada pela Assembleia Geral, observadas as disposições do Estatuto Social. Capitulo V - Da Diretoria: Artigo 10º - A diretoria será composta por apenas um membro, com a designação de diretor, podendo ser acionista ou não, residente no país, eleito em reunião da Assembleia Geral para mandato de até dois anos, permitida a reeleição. Artigo 11º - No caso de impedimento ocasional de seu único diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos acionistas. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela reunião da Assembleia Geral. Artigo 12º - A Companhia será representada: (i) pela assinatura o único Diretor, ou de um procurador com poderes especiais que importem exercício ou renúncia de direito, assunção de obrigação ou responsabilidade para a Companhia; (ii) pelo único Diretor, ou um procurador com poderes especiais, para fins de representação da Companhia em processos ou procedimentos judiciais ou administrativos, bem como perante entidades governamentais autoridades administrativas, órgãos e repartições públicas federais, estaduais, municipais e autarquias, pes direito privado prestadoras de serviço público, para a prática de atos em defesa dos interesses da Companhia, bem con a prática de atos en defesa dos interesses da Companhia, bem con a prática de atos de simples rotina, expedição de correspondências, recibos e endossos de cheques para depósito em bancárias da Companhia; ou (iii) pelo único Diretor, em atos que importem exercício ou renúncia de direito, assur obrigação, ou responsabilidade para a Companhia envolvendo valores individuais superiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). §1º - A outorga de procurações pela Companhia dependerá sempre da assinatura do Diretor. §2º - A procuração deve especificar os poderes outorgados e deverá ter prazo de validade limitado a um ano, exceto no caso de procurações ar judicia, as quais poderão ser válidas por prazo indeterminado. Capítulo VII - Conselho Fiscal: Artigo 13º - A companhia terra um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser compo e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. Parágrafo Único - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição Capítulo VIII - Disposições Gerais: Artigo 14º - O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimo nial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Parágrafo Único** - Sendo o sócio um Fundo de Investimento e Participações, enviar, mensalmente, ao seu gestor, o relatório a respeito das operações e resultados da Companhia. **Artigo** 15º - Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. Artigo 16° - A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) de seu lucro líquido. Artigo 17° - Caso a Companhia tenha como acionista um Fundo de Investimento em Participações, as demonstrações financeiras da Compannia deverao sei adultadas por adultores independentes espatados na 30 m. 18º - A Companhia se obriga a disponibilizar aos seus acionistas todos os contratos com partes relacionadas, acordos acionistas e programas de opção de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários que vierem a ser por ela emitidos. Parágrafo Único - Sendo o sócio um Fundo de Investimento em Participações, fornecer ao gestor na forma e pe rodicidade solicitada todas as informações e documentos necessários para que este possa subsidiar a administradora do Fundo de Investimento em Participações e auditor a respeito das demonstrações contábeis e informações periódicas para Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 19º** - Em caso de abertura de capital, a Companhia obriga-se, perante seus acionistas, a aderir ao segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balção organizado que assegure, no mínimo, niveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos no artigo 8°, inciso V. da Instrução CVM nº 578/2016. Artigo 20° - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver por meio de arbitragem do Aerodo com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada às disposições constantes neste Estatuto Social, na Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. §1º - Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e guando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedi mento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser institu brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia desta cláusula compromissória. O Tribunal Arbitral

será formado por árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo. Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentenca arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo

Jericoacoara Participações S.A.

CNPJ nº 52.507.216/0001-41 - NIRE 35.300.624.734

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 19 de Agosto de 2024

Data, Horário e Local: Realizada em 19 de agosto de 2024, às 10:00 horas, na sede da Jericoacoara Participações S.A., octata, Horário e Local: Realizada em 19 de agosto de 2024, às 10:00 horas, na sede da Jericoacoara Participações S.A., octatada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jesuíno Arruda, nº 888, Apto 12, Italiam Bibi, CEP 04532-082

Calcampatica N. L. Calcampatica De Paragrada de Abilidade de Abilidade de Agosto de Agos Lota, Horano e Local: Kealizada em 19 de agosto de 2024, as 10:00 noras, na sede de a Jencoacoara Participações S.A., localizada no Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jesuino Arruda, nº 888, Apto 12, Itaima Bibi, CEP 04532-082 ("Companhia"). III. Convocação, e Presença: Dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. III. Composição da Mesa: Jullian Toledo Salgueiro - Presidente; Leticia Cristine Tevola - Secretária. IV. Ordem do Dia: delibera sober: 1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. 2. Alteração do endereço da sede da Companhia para Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1455, 4º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, estado de São Paulo, estado de Vila Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, podendo, por deliberação do Estatuto Social da Companhia para refletir o nove nedreça do a Diretoria, abrir ou encerrar filiais, escritórios e outras dependências, no país ou no exterior. 3. A reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia em vista da deliberação acima na forma do Anexo la esta Ata. V. Deliberações: os acionistas aprovam, por unamimidade e sem ressalvas, a totalidade da smatérias da ordem do dia .V. Encerramento: Nada sins havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada pelos presentes, ficando autofizada sua lavratura na forma de sumário e publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, como facultado pelo artigo 130, 31 febro de das de decidade de sem tersalvadas na Livro de Atas das Assembleias Gerais da Jeriocacoara Participações S.A. São Paulo, 19 de agosto de 2024. ral. Anexo I: Estatuto Social: Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º - Jericoacoara Participa cões S.A. é uma sociedade por ações que se rege por este Estatuto e pelos dispositivos legalas que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1455, 4º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 0454-011, podemdo, por deliberação da Diretorar filiais, escritórios e outras dependências, no país ou no exterior. Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social: (i) a participação em sociedades associações fundos de investimento como sócia acionista ou quotista: (ii) atividades de consultoria en empresarial, exceto consultoria técnica específica. Artigo 4° - É indeterminado o prazo de duração da Companhia. Capítulo II - Do Capital: Artigo 5° - O capital social da Companhia é de R\$1.000,00 (mi reais), representado por 1.000.00 (mi milhão) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, Itotalmente subscrito e integralizado. Artigo 6° - Parágrafo Unico: A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias. Capítulo III - Da Assembleia Geral: Artigo 7° - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem 81º - A Assembleia Geral será presidida por acionistas que convidarão, dentre os pres os secretário dos trabalhos. §2º - As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exce ños legais, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco. §3º - As deliberações da As sembleia Geral serão validas somente se tomadas em conformidade com as disposições das S.A., conforme alterada. §4º Auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na Comissão de Va Mobiliários. Capítulo IV - Administração: Artigo 8º - A administração da Companhia será exercida por uma Diretoria. §1º - Os membros da Diretoria da Companhia serão investidos nos seus cargos, mediante assinatura do termo de posse lavrado no livro de atas de reuniões desses órgãos, devendo permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores. §2º - Não será exigida garantia para o exercício do cargo de Diretor da Companhia. Artigo 9º - A remuneração global dos administradores será fixada pela Assembleia Geral e a remuneração individual de cada administrador (inclusive eventuais bônus) será fixada pela Assembleia Geral, observadas as disposições do Estatuto Social. Capítulo V - Da Diretoria: Artigo 10º - A diretoria xada pela Assembleia Geral, observadas as disposições do Estatuto Social. Capítulo V - Da Diretoria: Artigo 10° - A diretoria será composta por apenas um membro, com a designação de diretor, podendo ser acionista ou na residente no país, eleito em reunião da Assembleia Geral para mandato de até dois anos, permitida a reeleição. Artigo 11° - No caso de impedimento ocasional de seu único diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos acionistas. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela reunião da Assembleia Geral. Artigo 12° - A Companhia será representada: (i) pela assinatura do único Diretor, ou de um procurador com poderes especiais que importem exercício ou renúncia de direito, assunção de obrigação ou responsabilidade para a Companhia; (ii) pelo único Di-retor, ou um procurador com poderes especiais, para fins de representação de Companhia em processos ou procedimentos judiciais ou administrativos, bem como perante entidades governamentais, autoridades administrativas, órgãos e repartições públicas federais, estaduais, municipais e autarquias, pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, para a prática de atos em defesa dos interesses da Companhia, bem como para a prática de atos de simples rotina, expedição de correspondências, recibos e endossos de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia; ou (iii) pelo único Dire tor, em atos que importem exercício ou renúncia de direito, assunção de obrigação, ou responsabilidade para a Companhia envolvendo valores individuais superiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). §1º - A outorga de procurações pela Companhia dependerá sempre da assinatura do Diretor. §2º - A procuração deve especificar os poderes outorgados e deverá ter prazo de validade limitado a um ano, exceto no caso de procurações ad judicia, as quais poderão ser válidas por prazo inde-terminado. Capítulo VII - Conselho Fiscal: Artigo 13º - A companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **Parágrafo Único -** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Asse al Ordinária para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Capítulo VIII - Disposições Gerais: Art cício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quand ramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. Parágrafo Único - Sendo o sócio um Fundo de Investimento em Participações, enviar, mensalmente, ao seu gestor o relatório a respeito das operações e resultados da Companhia. Artigo 15° - Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. Artigo 16° - A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) de seu lucro líquido. Artigo 17º - Caso a Companhia tenha como acionista um Fundo de Investimento em Participações, as demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM. **Artigo 18º** - A Companhia se obriga a disponibilizar aos seus acionistas todos os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opção de aquisição de ações onistas todos os cumatos cum pates telacionadas, acumos de aduntidas e programas e opçavo de aquisque de açues de outros títulos ou valores mobiliários que vierem a ser por ela emitidos. **Parágrafo Único** - Sendo o sócio um Fundo de restimento em Participações, fornecer ao gestor na forma e periodicidade solicitada todas as informações e documentos necessários para que este possa subsidiar a administradora do Fundo de Investimento em Participações e auditor a respeito das demonstrações contábeis e informações periódicas para Comissão de Valores Mobiliários. Artigo 19º - Em caso de abertura de capital, a Companhia obriga-se, perante seus acionistas, a aderir ao segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos no artigo 8°, inciso V, da Instrução CVM n° 578/2016. Artigo 20° - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, de acordo com o Regula mento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, toda e qualque disputa ou controvérsia relacionada às disposições constantes neste Estatuto Social, na Lei nº 6.404/76 e demais normas asplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. §1º-. Sem prejuízo da validade desta fadasula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído. §2º - A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qual quer controversia desta cláusula compromissória. O Tribunal Arbitral será formado por árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento da Cámara de Arbitragem do Mercado. O procedimento arbitrat terá lugar na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes de seu

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000583-22.2015.8.26.0008/01. O MM. Juiz de Direito da 2º Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr. Cláudio Pereira França, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a 1) EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS COFER LTDA, CNPJ 59.919.804/0001-60, e 2) ELUBA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ 01.149.299/0001-03, nas pessoa dos seus representantes legais, que perante este Juízo tramitam os autos de cumprimento de sentença em epigrafe, e visando aquilatar direitos, foi determinada a intimação das vendedoras acima sobre deferimento da penhora dos direitos da executada MARIA EUNICE PEREIRA DA SILVA sobre dos Condomínio-credor, na Avenida Guilherme Giorgi, 1611, Vila Formosa, matrícula nº 229.645, do 9º CRI de São Paulo/SP. Estando os interessados acima em lugar ignorado, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá so decurso do prazo do presente edital, apresentem manifestação, sob pena de prosseguimento do feito com a avaliação e alienação dos direitos constritos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de julho de 2024.

#### TIMPEL S.A.

CNPI/MF: 06.370.174/0001-22 - NIRE: 35.300.315.952

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. acionistas da Timpel S.A. ("Companhia"), para se reunirem em Assembleia Geral
Ordinária a ser realizada em 11/10/2024, às 9130, na sede social da Companhia, localizada na Rua Simão
Alvares, n° 356, Conjuntos 51, 41 e 42, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05417-202, a fim de deliberar sobre a
seguinte ordem do dia: (i) as contas dos administradores; (ii) examinar, discutir e votar as demonstrações
financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2022 e 31/12/2023; e
(iii) destinação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2022 e 31/12/2023; e iii) destinação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2022 e 31/12/2023.

São Paulo, 26 de setembro de 2024. Marcelo Britto Passos Amato, João Paulo Vasco Poiares Baptista e Raul Gonzalez Lima - Conselho de Administração

Autostrade Contratos e Participações S.A.

CNPJ nº 55.042.609/0001-15 NIRE 35.300.637.402

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 19 de Agosto de 2024 Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 19 de Agosto de 2024

I. Data, Horário e Local: Realizada em 19 de agosto de 2024, às 10:00 horas, na sede da Autostrade Contratos e Participações S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Jesuino Arruda, nº 888, Apto 12, Itaim Bibi, CEP 04532-082 ("Companhia"). II. Convocação e Presença: Dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. III. Composição da Mesa: Jullian Toledo Salgueiro - Presidente; Leticia Cristine Tevola-secretária. IV. Ordem do Dia: delibera sobre: 1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Asmibelia na forma sumária, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. 2. Alteração do endereço da sede da Companhia para Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1455, 4º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e a consequente alteração do Artigo 2º de Estatuto Social da Companhia para Roberço, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 2º de Cestatuto Social da Companhia para Roberço, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 2º de Cestatuto Social da Companhia para Roberço, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 2º A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1455, 4º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, podendo, por deliberação do Estatuto Social da Companhia em vista da deliberação acima na forma do Anexo 1 a esta Ata. V. Deliberações: os escinsitas a porovam, por unanimidade e sem ressalvas, a totalidade das matérias da ordem do dia. VI. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada pelos presentes, ficando autorizada sua lavratura na forma de sumário e publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, como facultado pelo artigo 130, §1º e §2º, da Lei das S.A. pela Secretária. Certifico que este documento é cópia fiel da Ata lavrada no Livro de Atas das Assembleias Gerais da Autostrade Contratos e Participações S.A. São Paulo, 19 de agosto de 2024. Julian Toledo Salqueiro - Presidente; Leticia Cristine Tevola - Secretária. JUCESP nº 337, 31924-8 em 09/09/24. Maria Cristina Frei - Secretária-Geral. Anexo I: Estatuto Social: Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º - Autostrade Contratos e Participações Brasil S.A é uma sociedade por ações que se rege por este Estatuto e pelos dispositivos legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1455, 4º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir ou encerrar filiais, escritórios e outras dependências, no país ou no exterior **Artigo 3º** - AC nhia tem por objeto social: (i) a participação em sociedades, associações, fundos de investimento, como sócia, acionis quotista; (ii) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica. Artigo 4º - É indetermina-do o prazo de duração da Companhia. Capítulo II - Do Capital: Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$1.000,00 (mil reals), representado por 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado. Artigo 6° - Parágrafo Único: A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias. Capítulo III - Da Assembleia Geral: Artigo 7° - A Assembleia Geral e muir-se-à, ordinariamente, nos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. §1° - A Assembleia Geral será presidida por acionistas que convidarão, dentre os presentes, o secretário dos trabalhos. §2º - As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções legais, serão tomadas por majoria absoluta de voto, não computando os votos em branco. §3º - As deliberações da Assembleia Geral serão validas somente se tomadas em conformidade com as disposições das S.A., conforme alterada. §4º - Auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários. Capítulo IV - Administração: Artigo 8º - A administração da Companhia será exercida por uma Diretoria. §1º - Os membros da Diretoria da Companhia serão investidos nos seus cargos, mediante assinatura do termo de posse lavrado no livro de atas de reuniões desses órgãos, devendo permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores. §2º - Não será exigida garantia para o exercício do cargo de Diretor da Companhia. Artigo 9º - A remuneração global dos administradores será fixada pela Assembleia Geral e a remuneração individual de cada administrador (inclusive eventuais bónus) será fixada pela Assembleia Geral, observadas as disposições do Estatuto Social. Capí tulo V - Da Diretoria: Artigo 10° - A diretoria será composta por apenas um membro, com a designação de diretor, podendo ser acionista ou não, residente no país, eleito em reunião da Assembleia Geral para mandato de até dois anos, permitida a reeleição, Artigo 11º - No caso de impedimento ocasional de seu único diretor, suas funções serão exercidas por qualque outro diretor, indicado pelos acionistas. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela reunião da Assembleia Geral. Artigo 12º - A Companhia será representada: (i) pela assinatura do único Diretor, ou de um procurador com poderes especiais que importem exercício ou renúncia de direito, assunção de obrigação ou responsabilidade para a Companhia: (ii) pelo único Diretor, ou um procurador com poderes especiais, para fins de representação da Companhia em processos ou procedimentos judiciais ou administrativos, bem como perante entidades governamentais autoridades administrativas, órgãos e repartições públicas federais, estaduais, municipais e autarquias, pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, para a prática de atos em defesa dos interesses da Companhia, bem como para bancárias da Companhia; ou (iii) pelo único Diretor, em atos que importem exercício ou renúncia de direito, assunção de obrigação, ou responsabilidade para a Companhia envolvendo valores individuais superiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). §1º - A outorga de procurações pela Companhia dependerá sempre da assinatura do Diretor. §2º - A procuração cificar os poderes outorgados e deverá ter prazo de validade limitado a um ano, exceto no casc quais poderes outorgados e deverá ter prazo de validade limitado a um ano, exceto no casc quais poderão ser válidas por prazo indeterminado. Capítulo VII - Conselho Fiscal: Artigo 13º ueve especificar os poucies o unigados e uever a lei prazo u evaluade inimado a un animalo. Receto in ciso procurações au judicia, as quais poderão ser válidas por prazo indeterminado. Capítulo VII - Conselho Fiscal: Artigo 13º - A companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. Parágrafo Único - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição Capítulo VIII - Disposições Gerais: Artigo 14º - O exercício social da Companhia coincide como a no civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. Parágrafo Único - Sendo o sócio um Fundo de Investimento em Lei Parágrafo Único - Sendo o sócio um Fundo de Investimento em Companhia con companhia con companhia con companhia con companhia con companhia con concernado-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. Parágrafo Único - Sendo o sócio um Fundo de Investimento em Companhia con concernado de cada ano. Participações, enviar, mensalmente, ao seu gestor, o relatório a respeito das operações e resultados da Companhia. Artigo 15º - Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da etoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas en Lei. Artigo 16º - A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) de seu lucro líquido. Artigo 17º - Caso a Companhia tenha como acionista um Fundo de Investimento em Participações, as

nstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM. **Artigo** 18º - A Companhia se obriga a disponibilizar aos seus acionistas todos os contratos com partes relacionadas, acordos o no - A Companina se utiniga a disponibilizar aos seus acutinistas todos os comitantes indicionistas reprogramas de opção de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários que vierem a ser por ela emitidos. Parágrafo Único - Sendo o sócio um Fundo de Investimento em Participações, fornecer ao gestor na forma e periodicidade solicitada todas as informações e documentos necessários para que este possa subsidiar a administradora do Fundo de Investimento em Participações e auditor a respeito das demonstrações contábeis e informações periódicas para Comissão de Valores Mobiliários. Ártigo 19º - Em caso de abertura de capital, a Companhia obriga-se, perante seus acionistas, a aderir ao segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balção organizado que assegure, no mínimo, niveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos no artigo 8°, inciso V, da Instrução CVM nº 578/2016. Artigo 20° - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, de acordo como Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada às disposições constantes neste Estatuto Social, na Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. §1º - Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procediadulciant con la objetiva de, se e quando inessanto, lequera inecuasa cardiantes se properto de la mento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja or competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído. brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia desta cláusula compromissória. O Tribunal Arbitral será formado por árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentenca arbitral aminima anuna iera inuger na oriadue ue oau rauni, Estadu de Sad Paulo, local onde devera ser profenda a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes de seu Regulamento.



### **NOROMIX CONCRETO S/A**

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 02/07/2024

Ata da AGE de 02/07/2024, Lavrada em Forma de Sumário: Data e Horário: Ao 02/07/2024 às 9 horas. Local: tempo pela Assembleia Geral, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos, até a investidura de São Paulo - Capital, CÉP 04.534-003. Mesa: Presidente da Assembleia - Mauro André Scamatti; Secretário da ser eleito membro do Conselho de Administração aquele que possuir ou representar interesse conflitante cor Assembleia – Pedro Scamatti Filho. Presença: Mauro André Scamatti; Edson Scamatti, Pedro Scamatti Filho e a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso s Dorival Remedi Scamatti representando a **totalidade** do Capital Social da companhia (**"Companhia"**), conforme assinatura no Livro de Presença de Acionistas. **Convocação**: Dispensada a convocação prévia pela imprensa, de acordo com o que faculta o §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. Ordem do dia: AGE: 1) Abertura de uma filial em Votuporanga-SP; 2) Alteração das Cláusulas 2ª e 3ª do Estatuto Social da Companhia; 3) Consolidação do Estatuto Social da Companhia. <u>Deliberações:</u> AGE: 1) Os acionistas decidiram pela **abertura** de uma filial à Rua Oswaldo Guirao Peron, nº 4450, 6º Distrito Empresarial Valdevir Davanco, Município de Votuporanga, Estado de São Paulo, CEP 15.508-514, tendo como objeto social a Execucao de Obras de Construcao Civil, Terraplenagem, Pavimentacao e Servicos Complementares, por Conta Propria ou de Terceiros, Comercio Varejista de Areia e Pedra, Comercio de Materiais para Construcao em Geral, Compras e Vendas de Imoveis, Transporte Rodoviario de Carga em Geral de Terceiros e Proprio, Locacao e Administracao de Bens Moveis e Imoveis, locacao de Caminhoes, Caminhao Pipa, Compactadores, Munck, Carroceiras, Cacamba, Tratores, Varredores. Diante disso as cláusulas 2ª e 3ª passam a ter a seguinte redação: "Cláusula 2ª A Companhia tem sua sede instalada à Rua Joaquim Floriano, nº 888, Conjunto 605, Itaim Bibi, município de São Paulo/SP, CEP 04.534-003, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais e escritórios de representação em qualquer ponto do território nacional. **§único** A Companhia possui as seguintes filiais: **Filial 01** Vicinal Três Fronteiras a Palmeira D'Oeste, km 5,5, zona rural, município de Três Fronteiras/SP, CEP 15.770-000, NIRE 35903358378 e CNPJ 10.558.895/0002-19: Filial 02 Avenida Luiz Brambatti. 2886. Distrito Industrial e Comer cial Angelo Simonato, município de Fernandópolis/SP, CEP 15.612-480, NIRS 35903738219 e CNPJ 10.558.895/0005-61; **Filial 03** Rua Arina Pires Cavalcante, nº 4636, Parque Industrial, Município de Pereira Rarreto/SP CEP 15370-000 NIRE 35903808713 e CNPL 10 558 895/0008-04: Filial 04 Estrada de Monções a Gastão Vidigal, s/nº, km 03, Zona Rural, município de Monções/SP, CEP 15275-000, NIRE 35905071726 e CNPJ 10.558.895/0011-00; Filial 05 Vicinal Dr. Paulo Godoy Moreira s/nº, km 8,5, zona rural, Município de Itapura/ SP, CEP 15390-000, NIRE 35905156314 e CNPJ 10.558.895/0012-90; **Filial 06** Fazenda Caru, s/nº, bairro Rio Feio, Município de Rinópolis/SP, CEP 17740-000, NIRE 35905156322 e CNPJ 10.558.895/0013-71; **Filial 07** Rodovia Péricles Belini, s/n, na Zona Rural, Km 121,7 SP 461, na Cidade de Votuporanga/SP, CEP 15507-000, NIRE 187905469410 e CNPI 10.558.895/0015-33. Filial 08 Av. Marginal Oeste, 714, Residencial Nova Ilha, Quadra JA-36 lote 23, Município de Ilha Solteira/SP, CEP 15385-000, NIRE 35906426366 e CNPI 10.558.895/0016-14. Filial 09 Estrada Municipal Mira Estrela - Praia, S/N, Zona Rural, quilometro 09 Sitio São Luiz, Município de Mira Strela/SP, CEP 15580-000, NIRE 35906525704 e CNPI 10.558.895/0017-03. Filial 10 Adodovia BR 158 KM 92, nº S/N, ZONA SUBURBANA, Município de Paranaiba/MS, CEP 79.500-000, NIRE 54920075881 e CNPI 10.558.895/0018-86. **Filial 11** Rodovia Raposo Tavares KM 446 - S/N, Zona Rural, quilometro 451, Município de Assis/SP, CEP 19810-900, NIRE 35906662566 e CNPJ 10.558.895/0019-67. **Filial 12** Avenida Paulo Marcondes, nº 284, Aeroporto Municipal, Município de Jales/SP, CEP 15.703-336, NIRE 35906686333 e CNPJ 10.558.895/0020-09. Filial 13 Estrada Municipal Ouroeste Km 331, nº 1671, Perímetro Urbano, Município de Ouroeste/SP, CEP 15.685-000 NIRE 35906710579 e CNPJ 10.558.895/0021-81. Filial 14 Rua Oswaldo Guirao Peron, nº 4450, 6º Distrito Empresarial Valdevir Davanco, Município de Votuporanga/SP, CEP 15.508-514. "Cláusula 3ª A Companhia tem por objeto social a prática de preparação de massa de concreto e argamassa para construção, serviços de concretagem, fabricação e comercialização de artefatos de cimento para uso de construção, tubos de concreto para galerias em geral, concreto pré-misturado, comércio varejista de areia e pedra, execução de obras de construção civil, saneamento básico, terraplenagem, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros, incorporações, parcelamento de solo para loteamento, compras e vendas de indóveis, comércio de materiais para construção em geral, remoção de entulhos e trans-porte rodoviário de carga em geral de terceiros e próprio, prestação de serviços, locação e Administração de bens moveis e imóveis, comércio de materiais de sinalização e segurança em geral, prestação de serviços de implantação e aplicação de sinalização horizontal, vertical, semafórica, defenzas metálicas, tachas, pórticos e outros, prestação de serviços na operação e locação de radares fixos, moveis e processamento de multas, prestação de serviços com equipe padrão, limpeza de bueiros e bocas de lobo, hidro-jateamento, limpeza de segotos, locação de caminhões, caminhão pipa (água), compactadores, munck, carroceiras, caçamba, tratores, varredores, incineração de lixo hospitalar, esterilização de lixo hospitalar, vala séptica, impermeabilização de valas, limpeza e lavagem de feiras livres, indústria e comércio de produtos asfálticos, exploração, beneficia-mento e comercialização de minerais e minérios no território nacional, produção e comercialização de remineralizador de solos. §1º A matriz da Companhia, portadora do NIRE 35300502582, CNPJ 10.558.895/0001-38, localizada à Rua Joaquim Floriano, nº 888, Conjunto 605, Itaim Bibi, município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.534-003, e a filial localizada no Município de Votuporanga-SP, à Rua Oswaldo Guirao Peron, nº 4450, 6º Distrito Empresarial Valdevir Davanco, CEP 15.508-514 (NIRE em constituição neste ato) tem o objeto social de execução de obras de construção civil, terraplenagem, pavimentação e serviços con res, por conta própria ou de terceiros, comercio varejista de areia e pedra, comercio de materiais para construção em geral, compras e vendas de imóveis, transporte rodoviário de carga em geral de terceiros e próprio, locação e Administração de bens moveis e imóveis; Locação de caminhões, caminhão pipa, compactadores, munck, carroceiras, caçamba, tratores, varredores. §2º A filial localizada no Município de Rinopolis-SP NIRE 35905156322, tem o objeto social de indústria e comércio de produtos asfálticos, exploração, beneficiam e comercialização de minerais e minérios no território nacional, produção e comercialização de remineralizador de solos; comércio varejista de areia, pedra e materiais para construção em geral. §3º A filial localizada no Município de Itapura-SP **NIRE 35905156314** tem o objeto social de indústria e comércio de produtos asfálticos; comércio varejista de areia, pedra e materiais para construção em geral. **§4º** A filial localizada no Município de Monções-SP NIRE 35905071726 tem o objeto social de preparação de massa de concreto e argamassa para construção, serviços de concretagem, fabricação e comercialização de artefatos de cimento para uso de construção, tubos de concreto para galerias em geral, concreto pré-misturado, indústria e comércio de produtos asfálticos; comércio varejista de areia, pedra e materiais para construção em geral. §5º As filiais localizadas no município de Ilha Solteira-SP, **NIRE 35906426366**, Município de Jales-SP, **NIRE 35906686333**, e no Município de Ouroeste-SP NIRE 35906710579, terão o objeto social de preparação de massa de concreto e argamassa para construção, serviços de concretagem, fabricação e comercialização de artefatos de cimento para uso de construção, tubos de concreto para galerias em geral, concreto pré-misturado, comércio varejista de areia e pedra comércio de materiais para construção em geral, transporte rodoviário de carga em geral de terceiros e próprio. \$6º A filial localizada no Município de Mira Estrela, NIRE 35906525704 terá o objeto social de exploração, beneficiamento e comercialização de areia, cascalho ou pedregulho, minerais e minérios no território nacional, transporte rodoviário de carga em geral de terceiros e próprio e navegação interior e lacustre para o seu transporte. §7º A filial localizada no Município de Paranaíba-MS, NIRE 54920075881 terá o objeto social de preparação de massa de concreto e argamassa para construção, serviços de concretagem. §8º A filial localizada no Município de Assis-SP, NIRE 35906662566 terá o objeto social de INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ASFALTICOS. Aprovada a redação Consolidada do Estatuto Social da Companhia, anexo à presente Ata; Lavratura e Leitura da Ata. Em seguida, o Presidente da Assembleia, ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Não havendo manifestações neste sentido dentre os presentes, foi suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida para todos os presentes e com anuência dos mesmos, a redação foi aprovada e assinada por todos que assinam na sequência: Presidente: Mauro André Scamatti, **Secretário**: Pedro Scamatti Filho, **Acionistas:** Mauro André Scamatti; Edson Scamatti, Pedro Sca Filho e Dorival Remedi Scamatti. Cópia Fiel da Ata Original Lavrada em Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Noromix Concreto S/A. São Paulo/SP, 02/07/2024. Jucesp nº 294.851/24-0 em sessão de 31/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. Anexo I - Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede,
Objeto e Duração: Cláusula 1ª A Noromix Concreto S/A "Companhia" é uma sociedade anônima de capital fechado, que se regerá pelo presente Estatuto, disposições legais e regulamentos que lhe forem aplicáveis. Cláusula 2ª A Companhia tem sua sede instalada à Rua Joaquim Floriano, nº 888, Conjunto 605, Itaim Bibi, município de São Paulo/SP, CEP 04.534-003, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais e escritórios de representação em qualquer ponto do território nacional. **Súnico** A Companhia possui as seguintes filiais: **Filial 01** Vicinal Três Fronteiras a Palmeira D'Oeste, km 5,5, zona rural, município de Três Fronteiras/ SP, CEP 15.770-000, NIRE 35903358378 e CNPJ 10.558.895/0002-19; Filial 02 Avenida Luiz Brambatti, 2886, Distrito Industrial e Comercial Angelo Simonato, município de Fernandópolis/SP, CEP 15.612-480, NIRE 35903738219 e CNPJ 10.558.895/0005-61; Filial 03 Rua Arina Pires Cavalcante, nº 4636, Parque Industrial, Municínio de Pereira Barreto/SP CFP 15370-000 NIRE 35903808713 e CNPI 10 558 895/0008-04: Filial 04 Fs-Trada de Monções a Gastão Vidigal, \$/nº, km 03, Zona Rural, município de Monções/SP, CEP 15275-0000, NIRE 359050071726 e CNPJ 10.558.895/0011-00; **Filial 05** Vicinal Dr. Paulo Godoy Moreira \$/nº, km 8,5, zona rural, Município de Itapura/SP, CEP 15390-000, NIRE 35905156314 e CNPJ 10.558.895/0012-90; Filial 06 Fazenda bairro Rio Feio, Município de Rinópolis/SP, CEP 17740-000, NIRE 35905156322 e CNPJ 10.558.895/0013-71; Filial 07 Rodovia Péricles Belini, s/n, na Zona Rural, Km 121,7 SP 461, na Cidade de Votuporanga/SP, CEP 15507-000, NIRE 35905469410 e CNPJ 10.558.895/0015-33. Filial **08** Av. Marginal Oeste, 714, Residencial Nova Ilha, Quadra JA-36 lote 23, Município de Ilha Solteira/SP, CEP 15385-000, NIRE 35906426366 e CNPJ 10.558.895/0016-14. Filial 09 Estrada Municipal Mira Estrela - Praia, S/N, Zona Rural, quilometro 09 Sitio São Luiz, Município de Mira Estrela/SP, CEP 15580-000, NIRE 35906525704 e CNR 10.58.895/0017-03.

Filial 10 Rodovia MS 428 - S/N, Zona Rural, Município de Paranaiba/MS, CEP 79500-000, NIRE 54920075881 e CNPJ 10.558.895/0018-86: Filial 11 Rodovia Raposo Tayares KM 446 - S/N, Zona Rural, quilometro 451, Município de Assis/SP, CEP 19810-900, NIRE 35906662566 e CNPJ 10.558.895/0019-67. Filial 12 Avenida Paulo Marcondes, nº 284, Aeroporto Municipal, Município de Jales/SP, CEP 15.703-336, NIRE 35906686333 e CNPJ Ouroeste/SP, CEP 15.685-000 NIRE 35906710579 e CNPJ 10.558.895/0021-81. Filial 14 Rua Oswaldo Peron. nº 4450, 6º Distrito Empresarial Valdevir Davanco. Município de Votuporanga/SP, CEP 15,508-514. Cláusula 3º A Companhia tem por objeto social a prática de preparação de massa de concreto e argamassa para construção, serviços de concretagem, fabricação e comercialização de artefatos de cimento para uso de construção, tubos de concreto para galerias em geral, concreto pré-misturado, comércio varejista de areia e pedra, cução de obras de construção civil, saneamento básico, terraplenagem, pavimentação e serviços co mentares, por conta própria ou de terceiros, incorporações, parcelamento de solo para loteamento, compras e vendas de imóveis, comércio de materiais para construção em geral, remoção de entulhos e transporte rodoviário de carga em geral de terceiros e próprio, prestação de serviços, locação e Administração de bens moveis e imóveis, comércio de materiais de sinalização e segurança em geral, prestação de serviços de implantação e aplicação de sinalização horizontal, vertical, semafórica, defenzas metálicas, tachas, pórticos e outros prestação de serviços na operação e locação de radares fixos, moveis e processamento de multas, prestação de servicos com equipe padrão, limpeza de bueiros e bocas de lobo, hidro-jateamento, limpeza de esgotos, locação de caminhões, caminhão pipa (água), compactadores, munck, carroceiras, caçamba, tratores, varredo res, incineração de lixo hospitalar, esterilização de lixo hospitalar, vala séptica, impermeabilização de valas, limpeza e lavagem de feiras livres, indústria e comércio de produtos asfálticos, exploração, beneficiamento e comercialização de minerais e minérios no território nacional, produção e comercialização de remineralizador de solos. §1º A matriz da Companhia, portadora do NIRE 35300502582, CNPJ 10.558.895/0001-38, localizada à Rua loaquim Floriano nº 888 Conjunto 605 Itaim Ribi, municínio de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.534-003, e a filial localizada no Município de Votuporanga-SP, à Rua Oswaldo Guirao Peron, nº 4450, 6º Distrito Empresarial Valdevir Davanco, CEP 15.508-514 (NIRE em constituição neste ato) tem o objeto social de execução de obras de construção civil, terraplenagem, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros, comercio varejista de areia e pedra, comercio de materiais para construção em geral, compras e vendas de imóveis, transporte rodoviário de carga em geral de terceiros e próprio, locação e Administração de bens moveis e imóveis; Locação de caminhões, caminhão pipa, compactadores, munck, carroceiras, caçamba, tratores, varredores. §2º A filial localizada no Município de Rinopolis-SP NIRE 35905156322 tem o objeto social de indústria e comércio de produtos asfálticos, exploração, beneficiamento e comercialização de minerais e minérios no território nacional, produção e comercialização de remineraliza dor de solos; comércio varejista de areja, pedra e materiais para construção em geral, §3º A filial localizada no Município de Itapura-SP NIRE 35905156314 tem o objeto social de indústria e comércio de produtos asfálticos: comércio varejista de areia, pedra e materiais para construção em geral. §4º A filial localizada no Município de Monções-SP NIRE 35905071726 tem o objeto social de preparação de massa de concreto e argamassa para construção, serviços de concretagem, fabricação e comercialização de artefatos de cimento para uso de construção, tubos de concreto para galerias em geral, concreto pré-misturado, indústria e comércio de produtos asfálticos; comércio varejista de areia, pedra e materiais para construção em geral. §5º As filiais localizadas no município de Ilha Solteira-SP, **NIRE 35906426366**, Município de Jales-SP, **NIRE 35906686333**, e no Município de Ouroeste-SP, NIRE 35906710579, terão o objeto social de preparação de massa de concreto e argamassa para construção, serviços de concretagem, fabricação e comercialização de artefatos de cimento para uso de construção, tubos de concreto para galerias em geral, concreto pré-misturado, comércio varejista de areia e pedra comércio de materiais para construção em geral, transporte rodoviário de carga em geral de terceiros e próprio. §6º A filial localizada no Município de Mira Estrela NIRE 35906525704, terá o objeto social de exploração, beneficiamento e comercialização de areia, cascalho ou pedregulho, minerais e minérios no território nacional, transporte rodoviário de carga em geral de terceiros e próprio e navegação interior e lacustre para o seu transporte. §7º A filial localizada no Município de Paranaíba-MS, NIRE 54920075881 terá o objeto social de preparação de massa de concreto e argamassa para construção, serviços de concretagem. §8º A filial localizada no Município de Assis-SP, NIRE 35906662566 terá o objeto social de INDUSTRIA E COMERCIO DE PRO-DUTOS ASFALTICOS. Cláusula 4ª O prazo de duração da Companhia será por tempo indeterminado. Capitulo II - Capital Social O capital social da Companhia é de R\$ 49.778.608,22, dividido em 49.778.608 ações ordinárias, em valor nominal. §1º Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. §2º A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá criar outras classes e espécies de ações. §3º As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. §4º Os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações e de bônus de subscrição de emissão da Companhia, que pode ser exercido no prazo legal de 30 dias. **Cláusula 6º** A Companhia poderá, por deliberação dos Acionistas, adquirir as próprias ações para permaência em tesouraria e posterior alienação, ou para cancelamento, até o montante do saldo de lucros e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, especialnte as regras de limites operacionais e riscos a serem observados pela Companhia. Cláusula 7ª - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para as acionistas, em favor de seus administradores, em pregados e colaboradores, nos limites do capital autorizado, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados de sociedades Controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia. **§Único** Tais opções não poderão, no todo ou em parte, representar o controle da Companhia ou, em seu total. **Capítulo III** - Assembleias Gerais: Cláusula 8º A Assembleia Geral reunir-se-á na sede social (i) ordinariamente, dentro dos 04 meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigir acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e das disposições deste Estatuto Social. §Único As Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 8 dias corridos de antecedência, por qualquer membro do Conselho de Administração, quando instalado, ou pela Diretoria. A mesa será composta por presidente e secretário escolhidos pelos acionistas. Cláusula 9º Para participar da Assembleia Geral, o acionista, ou seu representante legal, deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. §Único O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 01 ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Cláusula 10º As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco. **§único** As atas das Assembleias poderão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações madas observado o disposto no parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo IV** -Administração - Seção I - Disposições Gerais: Cláusula 11ª A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, ou somente por uma Diretoria, quando não houver Conselho Instalado, de acordo com os poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social. **Cláusula 12ª** A Assembleia Geral fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo aos Acionistas deliberar sobre a sua distribuição. Seção II - Conselho de Administração: Cláusula 13ª O Conselho de Administração, quando instalado, será composto por até 04 membros, residentes ou não no País, eleitos pela Assembleia Geral, cujos mandatos terão a duração de 03 anos, podendo ser reeleitos. \$1º Os o valor patrimonial, constante do ultimo balanço aprovado pela Assembleia Geral. Cláusula 38º O foro compe membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de tente para dirimir qualquer questão pertinente a este Estatuto é o da Comarca de São Paulo/SP, com renúncia. , posse lavrado em livro próprio. Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos a qualquer dos demais, ainda que privilegiados

a, localizada à Rua Joaquim Floriano, nº 888, conjunto 605, Itaim Bibi, na cidade de 💮 seus sucessores, **\$2º** Os membros do Conselho de Administração devem ter reputação ilibada não podend configure, posteriormente, o fator de impedimento indicado neste parágrafo. §3º O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração. relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os da Companhia. 84º C Conselho de Administração poderá ser remunerado ou não, sendo sua remuneração fixada pela Assemblei. Geral que os eleger ficando vedado, no entanto, a acumulação de remuneração enquanto conselheiros e dire tores. Cláusula 14ª O Conselho de Administração terá 1 Presidente eleito pelos acionistas. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, assumirá as funções o conselheiro escolhido pelos demais. Cláusula 15ª Quando instalado, o Conselho de Administração reunir-se-á por convo cação de qualquer de seus membros sempre que necessário, mediante notificação escrita entregue com ante cedência mínima de 3 dias úteis, da qual constará a ordem do dia.§1º As convocações poderão ser feitas po carta com aviso de recebimento, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprova ção de recebimento. §2º Independentemente das formalidades previstas nesta Cláusula, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros. Cláusula 16º As reuniões do Conselho de Admi nistração serão consideradas regulares em primeira convocação com a presença da metade mais um dos seu membros e, em segunda convocação, com qualquer número. §1º As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. §2º No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o respectivo membro d Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, (i) manifestar seu vot por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado; ou (ii) fazer-se representar por qualqui outro membro, mediante procuração escrita com indicação de sua manifestação de voto sobre cada um do pontos da ordem do dia. §3º Em caso de vacância do cargo ou qualquer impedimento legal para realização da: funções de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiro remanescentes e permanecerá no cargo até a próxima Assembleia Geral, dispensada a substituição se respei tado o número mínimo de três conselheiros. No caso de vacância ou impedimento legal de 2 ou mais Conselheiros, a administração será realizada pela Diretoria, no que lhe compete, até a realização da Assembleia Geral. §4º As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas 3/4 dos membros presentes, ou que tenham manifestado seu voto na forma da Cláusula 16ª, 52º deste Estatuto. Na hipótese de empate nas deli berações, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade ou, conforme o caso, ao membro do Conselho de Administração que o estiver substituindo. Cláusula 17ª Os membros do Conselho de Administração não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 60 dias corridos consecutivo sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração Cláusula 18ª As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Com panhia. §1º Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselhei ros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de At Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que tenham se manifestado na forma da Cláusula 16ª, parágrafo 2º deste Estatuto, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conse lho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, conten do o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. §2º Deverão ser publicadas arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração d Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros. §3º O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as de liberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto Cláusula 19ª Quando instalado, o Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral do negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, espo te, deliberar sobre as seguintes matérias: (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (b) aprova o orçamento anual da Companhia; (c) convocar a Assembleia Geral; (d) na impossibilidade de realização de Assembleia Geral pelos acionistas, ou até sua realização, poderá indicar e/ou destituir os diretores da compa nhia, bem como definir sua remuneração e prazo para o exercício de suas funções; (e) decidir sobre a distribu ção de dividendos em períodos mensais ou superiores, por conta de lucros acumulados ou de lucros do exer cício, desde que obrigatoriamente precedida de balancete destinado à comprovação da existência e valor do lucros a serem distribuídos; (f) falência, recuperação judicial e extrajudicial, composição ou dissolução da Companhia, fusão e incorporação e respectivas deliberações na hipótese de confisco e/ou desapropriação de parte substancial dos ativos da Companhia por decisão governamental e a relativa reassunção das atividade: da Companhia e levantamento da recuperação judicial; (g) autorizar despesas mensais superiores a 65% do capital social integralizado, sendo tal valor corrigido anualmente pela Tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo; (h) contratar e substituir os auditores independentes da Companhia; (i) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para submissão a Assembleia Geral; (j) definir as políti cas de investimento financeiro da Companhia, seja no que toca à concreta e efetiva realização destes i mentos, quando, ainda, no que diz respeito à definição de destinação destes para outras sociedades; (k) ofe recer bens da Companhia em qualquer modalidade de garantia, gravando-os com ônus de qualquer natureza (I) vender, ceder, alienar ou caucionar, sob qualquer modalidade, ações e/ou quotas detidas pela Companhia que representem investimentos em outras sociedades, incluindo as por ela controladas e/ou coligadas. Os valores aqui previstos serão corrigidos anualmente pelo índice de correção aplicado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. **Súnico** Todos os atos e funções atribuídas ao Conselho de Administração serão considerados regu lar com a assinatura de 3/4 dos membros do Conselho de Administração. Cláusula 20ª Compete ao President ou, em sua ausência, a quem o Presidente do Conselho indicar, representar o Conselho de Administração na Assembleias Gerais, se e quando necessário. Cláusula 21ª O Conselho de Administração, para seu assessora mento, poderá estabelecer a formação de comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definido: sendo integrados por membros dos órgãos de Administração da Companhia, ou não. **§Único** Caberá ao Conse lho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sabre composição, prazi de gestão, remuneração e funcionamento. Seção III - Diretoria: Cláusula 22ª A Diretoria será composta por 04 membros, eleitos pelos acionistas e por eles destituíveis a qualquer tempo, sendo 1 Diretor de Licitações e 3 denominados simplesmente Diretores. O acionista poderá acumular o cargo de Diretor. §1º A indicação do: Diretores será feita pelos Acionistas em Assembleia Geral, de acordo com sua participação acionária. Na im possibilidade de realização da Assembleia Geral, ou até sua realização a indicação poderá ser feita pelo Conse lho de Administração, onde cada Conselheiro deverá indicar 01 membro para compor a Diretoria. O conselhe re poderá acumular o cargo de Diretor. §2º A indicação realizada pelo Conselho de Administração deverá se referendada na próxima Assembleia Geral a ser realizada pela Companhia. §3º Compete a Diretoria: (i) pratica os atos de sua competência conferida por lei ou pelo presente estatuto e (ii) cumprir e fazer cumprir as delibe rações dos acionistas tomadas em Assembleia Geral. Cláusula 23ª O prazo de gestão dos diretores será de 03 anos, permitida a reeleição. Os diretores permanecerão em seus cargos até que seus sucessores, devidament eleitos, sejam empossados. Cláusula 24ª A Diretoria reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios so ciais, sendo convocada por qualquer um dos diretores, com antecedência mínima de 03 dias, e a reunião so mente será instalada com a presença da maioria de seus membros. §1º No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por es crito, por meio de carta ou fac-símile, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento por qualquer um dos diretores. §2º Vago um dos postos de Diretor compete a Diretoria indicar dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pelos Acionistas depois de constatada a vacância, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria. §3º Além dos casos de renúncia, morte, interdição ou impedimento, considerar-se-á vago o cargo do diretor que deixar de exerce suas funções pelo prazo de 60 dias, sem autorização do Conselho de Administração ou sem estar licenciado §4º Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamen te presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferi dos por Diretores que tenham se manifestado na forma do §1º desta Cláusula, deverão igualmente constar no tios por Directores que terminar se manimestado na forma do 91º desa clausiua, overena igualmiente constan in Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conform o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. **Cláusula 25º** As delibe rações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por % dos presentes ou que tenham manifestado seu voto n. forma da Cláusula 24º, parágrafo 1º deste Estatuto. **Cláusula 26º** Compete à Diretoria a administração do negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvado aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. §1º Compete especificamente à Diretoria (com exceção ao Diretor de Licita cões): (a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da leia Geral; (b) elaborar e propor ao Conselho de Administração, os planos de negócios, operacionais de investimento da Companhia, incluindo estratégias para implantação de tais negócios; (c) decidir sobre qua quer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração (d) elaborar e propor ao Conselho de Administração o planejamento estratégico da Companhia; (e) aprovar a contratação ou promoção de empregados que venham a ocupar cargos com funções gerenciais, ou a sua res pectiva demissão; (f) elaborar e apresentar, em cada exercício, ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral, o Relatório Anual de Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Econômico-financeiras da Companhia e propor a destinação dos resultados do exercício; (g) autorizar a criação e a extinção de filiais nomear procurador(es) ad judicia e ad negotia em nome da companhia devendo específicar os poderes con feridos e, com exceção daqueles para fins judiciais, terão prazo limitado ao máximo de 2 anos, respeitadas a limitações da Cláusula 27ª, cujo mandato deverá ser outorgado por 2 diretores; e (i) abrir e movimentar conta bancárias, podendo aceitar e emitir títulos e cheques, descontar duplicatas, transferir ordens de pagamento realizando toda e qualquer operação bancária de interesse da companhia, isoladamente ou em conjunto con outro diretor respeitando as limitações da Cláusula 273 829 Compete ao Diretor de Licitações especificamen te representar a companhia junto à órgãos públicos de esfera Federal, Estadual, municipal de Distrital, Auta quias e empresas privadas em todos os tipos de licitações, orçamentos e contratações previstas na lei, pode do solicitar, retirar e impugnar edital, fazer visita técnica, assinar declarações, questionamentos, impugnaçõe formulários, relações, indicação de pessoal, propostas financeiras, planilhas diversas, cronogramas e qualque documento que seja necessário, participar e manifestar-se, em nome da outorgante, formular lances verbais por escrito ou eletrônicos, negociar preços, interpor ou desistir da interposição de recursos; firmar termo aditivos e rescisórios, ordens de serviços, notificar e receber notificação, concordar com cláusulas e condiçõe para o andamento dos contratos vigentes, representa-la junto ao CREA-SP, e de todos os Estados Brasileiros podendo assinar o que for necessário para a emissão de acervos técnicos, registros da empresa e qualque outra solicitação, notificar e receber notificação, enfim, requerer, alegar, assinar, obter, provar o que necessá rio for para o cabal desempenho do presente mandato, podendo substabelecer os poderes citados, além de cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assemblei. Geral, limitando suas atribuições a este parágrafo. §3º Compete ao diretor de Licitações especificamente e tão somente as atribuições listadas no parágrafo 2º da clausula 26ª, no entanto, na sua ausência compete ao demais diretores assinar as atribuições relacionadas no referido parágrafo. §4º O uso da denominação social e privativo dos diretores de acordo com a respectiva competência e os limites e condições fixados neste Estatu to Social, não produzindo nenhum efeito em desfavor da Companhia, inclusive perante terceiros, os atos qu forem praticados sem observância deste preceito, exceto aqueles ratificados pelos Acionistas. Cláusula 27º / representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, será exercida isoladamente, ou em conjur to; pelos designados somente Diretores, inclusive perante a repartições públicas federais, estaduais e munici pais e outras entidades de direito público e privado, para a prática de quaisquer atos e assinatura de quaisque documentos que obriguem a companhia. §1º São expressamente vedados quaisquer atos em nome da Com panhia em operações ou negócios estranhos ao objeto social. §2º Os diretores ficam dispensados de presta caução, devendo a sua investidura no cargo ser formalizada mediante assinatura de termo lavrado em livr próprio. §3º Todos os atos administrativos que envolvam a aquisição, troca, venda, cessão, alienação e/or transferência, sob qualquer modalidade ou pretexto, de bens imóveis e bens integrantes do ativo permanent da Companhia, assunção de dívidas e concessão de empréstimos, sob qualquer modalidade, a qualquer Dire tor e/ou funcionário da Companhia, bem como às empresas coligadas ou controladas direta ou indiretament pela Companhia, como ainda a quaisquer terceiros, contratação de empréstimos bancários e financiamento em nome da Companhia, contratação e/ou acordo de qualquer natureza com terceiros, deverão ser autoriza dos em conjunto de 2 ou mais diretores. Capítulo V - Conselho Fiscal: Cláusula 28ª O Conselho Fiscal da Com panhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por 3 membros efetivos igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Gera O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. §1º A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectiv em livro próprio. §2º Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. §3º Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplento ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder a eleição de conselho fiscal. membro para o cargo vago. §4º Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Compa nhia aquele que mantiver vínculo com a sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que seja cônjuge ou parente até 3º grau de membro de órgão da administração, técnico ou fiscal. Cláusula 29ª Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, no termos da lei, sempre que necessário, e deliberará sobre as matérias de sua competência. §1º Independente mente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer totalidade dos membros do Conselho Fiscal. §2º O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de vo tos, presente a maioria dos seus membros. §3º Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de ata lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes Capítulo VI - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros: Cláusula 30º O exercíci social terá início em 1º/01 e término em 31/12 de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonia e as demais demonstrações financeiras que serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária Cláusula 31º Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumu lados, se houver, a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro e a reserva legal §1º Do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação no lucros. §2º O lucro líquido do exercício terá a destinação decidida pelos acionistas reunidos em As Cláusula 32ª Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, ad referendum da Assem bleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capita próprio, observada a legislação aplicável. **§1º** Em caso de pagamento de dividendos aos acionistas no decor rer do exercício social, será assegurado, nos termos da lei, aos acionistas o pagamento de eventual saldo re manescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que Ilhes foi creditado, a Companhia po derá cobrar dos acionistas o saldo excedente. §2º O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Ad ministração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte. Cláusula 33ª A Companhia poderá elabora balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração: (a o pagamento de dividendo à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividend obrigatório; (b) a distribuição de dividendos em períodos semestrais ou inferiores, imputados ao valor do di videndo obrigatório, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ac montante das reservas de capital: (c) o pagamento de dividendo intermediário à conta de lucros acumulado ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividend obrigatório; e (d) o pagamento de juros sobre o capital próprio a qualquer tempo, nos termos da lei específic sobre o assunto. **Cláusula 34ª** A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável. Capítulo VII - Li quidação: Cláusula 35ª A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remune rações. Capítulo VIII - Disposições Gerais: Cláusula 36ª Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvido pelos Acionistas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Cláusula 37º Observado o disposto 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por basi

#### NOROMIX CONCRETO S/A

CNPJ: 10.558.895/0001-38 NIRE: 35300502582
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01/09/2024

ATA DA AGE DE 01/09/2024, LAVRADA EM FORMA DE SUMÁRIO: Data e Horário: Ao 01/09/2024 às 9 horas Local: Na sede social da companhia, localizada à Rua Joaquim Floriano, nº 888, conjunto 605, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo - Capital, CEP 04.534-003. **Mesa**: Presidente da Assembleia - Mauro André Scamatti; Secre tário da Assembleia — Pedro Scamatti Filho. **Presença**: Mauro André Scamatti; Edson Scamatti, Pedro Scamatt Filho e Dorival Remedi Scamatti representando a **totalidade** do Capital Social da companhia (**"Companhia**") conforme assinatura no Livro de Presença de Acionistas. **Convocação**: Dispensada a convocação prévia pela nprensa, de acordo com o que faculta o §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. <u>Ordem do dia:</u> AGE: 1) Destitui ão/ Eleição/ reeleição dos membros da Diretoria. <u>Deliberações:</u> AGE: 1) Aprovaram pela destituição do direto Pablo Alexandre Ruvieri Toschi (Diretor), brasileiro, natural de Votuporanga/SP, solteiro, chefe de secão, RG nº 33.458.007-9 expedida em 22/06/1995 SSP/SP e CPF nº 224.078.028-29, data de nascimento 17/02/1983 nte e domiciliado à Rua André Scamatti, nº 696, Jardim Universitário, Cidade de Votuporanga/SP, CEF 15.503-440; Foi também deliberado pela reeleição dos membros da Diretoria da Companhia sendo: Marcelo **Tavares de Souza (Diretor de Licitações)**, brasileiro, natural de São Paulo/SP, solteiro, analista de sistemas ascido em 20/01/1982, RG nº 34.127.594-3 SSP/SP, expedida em 27/08/1998 e CPF nº 219.149.038-70, re idente e domiciliado à Rua Guerche, nº 3522, Chácara das Paineiras, Cidade de Votuporanga/SP, CEP 15502 155; **Sérgio Luis Chiquetto (Diretor)**, brasileiro, natural de Votuporanga/SP, casado sob regime de comunhão parcial de bens, contador, RG nº 17.626.494-2 SSP/SP expedida em 09/03/2015, natural de Votuporanga/SP expedida em 09/03/2015, natural de CPF nº 089.183.648-90, data de nascimento 20/02/1967, residente e domiciliado à Rua Rio Grande nº 3.944 Patrimônio Velho, Cidade de Votuporanga/SP, CEP 15505-162 e **Paulo Sergio Homsi Mortari (Diretor),** brasi-leiro, natural de Votuporanga/SP, casado sob regime de comunhão universal de bens, gerente de vendas, RG nº 15.202.833 SSP/SP expedida em 13/01/1981 e CPF nº 069.238.198-81, data de nascimento 09/09/1966, residente e domiciliado à Rua Floriano Peixoto nº 2.533, bairro Jardim Bela Vista, Cidade de Votuporanga/SF CEP 15.501-130. O mandato dos Diretores será de 03 anos, iniciando-se com a posse nesta data, mediante aposição de sua assinatura em termo de posse a ser lavrado em livro próprio. Os diretores ora reeleitos terão muneração compatível com o mercado. Lavratura e Leitura da Ata. Em seguida, o Presidente da Assembleia ereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Não havendo manifestações neste sentido dentre os pre sentes, foi suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, Reaberta a sessão, a ata foi lida para todos os presentes e com anuência dos mesmos, a redação foi aprovada e assinada por todos que assinad na sequência: **Presidente**: Mauro André Scamatti, **Secretário**: Pedro Scamatti Filho, **Acionistas**: Mauro André Scamatti; Edson Scamatti, Pedro Scamatti Filho e Dorival Remedi Scamatti. **Cópia Fiel da Ata Original Lavrada** em Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Noromix Concreto S/A. São Paulo/SP, 01/09/2024 ıcesp nº 340.395/24-2 em sessão de 13/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949
EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 227ª e 228ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

icam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 227ª e 228ª Séries da 4ª Emissão da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na Rua Gerivatiba, 207 – 16° andar, conjunto 162, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Butantã, CEP 05501-900 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., ("Agente <u>Fiduciário"),</u> e os representantes da Emissora a se reunirem, em **primeira convocação**, para assembleia especial d investidores (<u>"Assembleia"</u>), **a ser realizada em 16 de Outubro de 2024 às 10h00, de forma exclusivamento** emota e eletrônica, por meio da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução da Comissão de Valore Mobiliários ("<u>CVM</u>") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("<u>Resolução CVM 60</u>"), nos termos deste edital, a fim de conforme cláusula 13.3 do *"Termo de Securitização de Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliário*: las 227º e 228º Séries da 4º Emissão da Virgo Companhia de Securitização", celebrado em 06 de maio de 202´ "<u>Termo de Securitização</u>"), deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I) Aprovar ou não, a sustação os efeitos de leclaração de vencimento antecipado da Emissão, nos termos da Assembleia Geral De Titulares Dos Certificados De Recebíveis Imobiliários das 227º e 228º Séries da 4º Emissão da Virgo Companhia De Securitização, realizada em 15 de agosto de 2024 (<u>"AGT 15/08")</u>; II) Ratificar a ciência acerca dos potenciais riscos que a aprovação dos itens em questão pode acarretar o âmbito atual do CRI; III) Estratégias a serem adotadas pelo Assessor Legal no âmbito da onsecução dos atos necessários para a execução, proteção das garantias e promoção de todas as medidas cabívei udiciais e/ou extrajudiciais para defesa dos direitos e interesses dos Titulares dos CRI. O material de apoio necessário ara embasar as déliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora; http://www.virgo.inc; (ii) no ite do Agente Fiduciário (<u>http://www.vortx.com.br)</u>; e (ii) no site da CVM <u>www.cvm.gov.br</u>. A Emissora e o Agente iduciário deixam registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira onvocação, será com a presença de Titulares dos CRI que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Titulares dos CRI, conforme disposto n Cláusula 13.8 do Termo de Securitização. Já as deliberações serão tomadas, em primeira convocação, por maiori mples dos CRI em Circulação presentes na Assembleia Geral de Titulares de CRI e, em segunda convocação, po simples dos civi en circulação presentes in Assentintea Cera de Tritularidade da Devedora ou de empresas ou pessoas a qualquer número. Enquanto os CRI Subordinados estiverem na titularidade da Devedora ou de empresas ou pessoas a ela relacionadas, não será considerado para fins de deliberação os votos dos detentores dos CRI Junior Subordinados onforme cláusula 13.14 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma comonine cuassiai 5.14 du fembre de Securiação. A Assemblea Convocada por miero deste edicia octorida de forme seculasivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da nissora para juridico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para claims@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.b maria de 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de inicio de Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRI; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso nultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentad

São Paulo, 23 de setembro de 2024. VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

### DJV1 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.

CNPJ/MF nº 14.554.287/0001-06 - NIRE: 35.226.015.130 CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DOS QUOTISTAS

A SER REALIZADA SOB A FORMA EXCLUSIVAMENTE DIGITAL

Ficam por meio desta os Srs. Quotistas da DJV1 Empreendimento Imobiliário Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.554.287/0001-06, NIRE nº 35.226.015.130 ("Sociedade"), devidamente convocados a participarem da Reunião Extraordinária de Sócios da Sociedade, localizada na Rua Jerônimo da Veiga nº 164, 7º andar, sala F, Bairro Jardim Europa - CEP 04536-900, que se realizará em 03 de outubro de 2024, de modo exclusiva digital na plataforma Teams com base na IN DREI 81/2020 e alterações posteriores, em primeira chamada às 10h00, necessitando a presença dos titulares de, no mínimo, 3/4 do capital social e, em segunda chamada às 10h30, com qualquer número de presentes ("Reunião"), de acordo com o art. 1.072 da Lei nº 10.406/02, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Em Assembleia Geral Ordinária: deliberar sobre: a.1) o exame a discussão e a aprovação das Demonstrações Financeiras e das contas da Sociedade, relativos aos exercício sociais dos exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023; a.2) destinação do resultado do exercício, se houver, e b) Em Assembleia Geral Extraordinária: deliberar sobre: b.1) reconhecimento do cumprimento integral do objetivo social da Sociedade e, se reconhecido, nomear o liquidante para adoção das medidas administrativas necessárias ao atendimento da parte do final da Cláusula Segunda do Contrato Social da Sociedade, nos termo: já aprovados pela unanimidade dos sócios nos termos da Cláusula Terceira do Contrato Social da Sociedade e onsequentemente, implementar as medidas objetivando a extinção da Sociedade; **b.2)** aprovar a nomeação ninistrador Sr. Eduard Maria Constantin Heinrich Friedrich Alfred Schonburg como liquidante da Sociedade em atenção ao artigo 1.102 da Lei nº 10.406/02; b.3) liquidadas todas as contas da sociedade autorizar o quidante a proceder ao pagamento aos Quotistas por meio da dação em pagamento dos imóveis da Soci aos Quotistas, sendo que: i) o **Galpão nº 01** será dado em pagamento ao Quotista **H.Realty, ii) Galpão nº 02** será dado em pagamento ao Quotista **Paracatu, iii) Galpão nº 03** será dado em pagamento ao Quotista **Paracatu**, iv) Galpão nº 04 será dado em pagamento ao Quotista Jerônimo Da Veiga à razão de 27,9245%, e à Quotista anta Helena à razão de 28,2593%; v) Galpão nº 05 será dado em pagamento ao Quotista Jerônimo Da Veiga à razão de 50% e ao Quotista **Santa Helena** à razão de 50%; **vi) Galpão nº 06** será dado em pagamento ao Quotista **Santa Helena; vii) Galpão nº 07** será dado em pagamento ao Quotista **Jerônimo Da Veiga**, e **; ; iii) Galpão nº 08** será dado em pagamento ao Quotista **AGCS**, e; **b.4)** a destituição do Administrador Sr. Antonio Luiz Esteve do cargo de administrador da Sociedade. 1) Informações aos Quotistas: A Reunião será realizada nte digital, nos termos da IN DREI 81/2020 e alterações posteriores, sendo permitido ac Quotistas participar (i) pessoalmente ou se fazendo representar por procurador, via sistema eletrônico no nomento da realização da Reunião, ou **(ii)** mediante o envio de instrução de voto previamente à realização da Reunião, via Boletim de Voto a Distância ("BVD"). Os Quotistas que desejarem participar da Reunião pela plataforma digital disponibilizada pela Sociedade deverão enviar os documentos de representação previsto na legislação civil, até às 22 horas do dia 1º de outubro de 2024, para o e-mail do Administrador Eduard Maria n Heinrich Friedrich Alfred Schonburg (eduard@harte om hr) com cónia nara Antonio Luiz esteve@jveiga.com.br). Após a análise e validação da documentação, o Administrador enviará, para o e-ma nformado pelo Quotista, o link de acesso à Reunião, acompanhado das instruções específicas de acesso O acesso à Reunião será restrito ao Quotista e/ou seus representantes ou procuradores que se credenciarer dentro do prazo, os quais receberão convite individual com instruções específicas para acesso à plataforma digital. 2) Participação por meio do BVD: Caso o Quotista opte por participar da Reunião por meio de BVD, o Quotista deverá enviar o BVD diretamente à Sociedade, nos e-mails dos Administradores, desde que as instruções eiam recebidas até do dia 30 de setembro de 2024, observado que eventuais boletins recebidos pela Sociedado após esse prazo serão desconsiderados. O Quotista que enviar o boletim poderá participar da Assembleia por neio do sistema digital. No entanto, caso este Quotista exerça o direito de voto em tempo real na respectiva eunião, o seu boletim será integralmente desconsiderado e os votos proferidos durante a Re considerados válidos. São Paulo. 24 de setembro de 2024. DJV1 Empreendimento Imobiliário Ltda. Eduard Maria Constantin Heinrich Friedrich Alfred Schonburg - Administrador

## **E.F. SOLUÇÕES LOGISTICAS LTDA**

SEDE: Rua Iraquara, 530 e Galpão 24 – Jardim IV Centenário – CEP 07161–550, Guarulhos/SP
CMP1 n.º 11.688.366/0001-11 – NIRE n.º 35.602.039.338

ARMAZÉM GERAL: Estrada Ângela Trevisan Ciciliato, 200 – Galpão 2 – Módulo 1 e 3 – Jardim Oliveira Camargo,
Indaiatuba/SP – CEP: 13340-900 – CMP1 n.º 11.688.366/0006-26 – NIRE n.º 35.905.541.846.

MEMORIAL DESCRITIVO

MEMOKIAL DESCRITIVO
A empresa E.F. Soluções Logisticas Ltda, tendo em vista o que trata o sitens 1º e 4º do Artigo 1º do Decreto 1.102, de 21 de novembro de 1903
por seu titular e administrador abaixo assinado declara: Denominação Social: E.F. SOLUÇÕES LOCISTICAS LITDA, com filial Estrada Angela Trevisar
Cicliato, 200 — Galpão 2 — Módulo 1 e 3 — Jardim Oliveira Camargo — Indaiatuba — SP — CEP: 13340-900, inscrita no CNPJ sob nº 11.688.366/0006
26, com arquivamento na Junta Comercial de São Paulo sob o NIRE n. 35.905.541.346. Prazo de Duração: Indeterminado. Capital Social: R\$ 10,000,00 (dez mil reais). **Armazém de Depósitos/Capacidade:** 0 armazém possui formato retangular, construção em alve mado/estrutura metálica com cobertura de telhas metálicas, com área total de 3,270,00 m² e área para armazenagem verticaliz. mado/estrutura metálica com cobertura de telhas metálicas, com área total de 3.270,00 m² e área para armazenagem verticalizada (porta pallet), possuindo vigilância 24 horas por dia e iluminação de emergência adequada à legislação vigente. Operações e Serviços: A sociedade empresária tem como objetivo a prestação de serviços de armazêns gerais, depósito de mercadoria de terceiros, armazenador de alimentos e produtos gerais. Natureza e Discriminação das Mercadorias: A mazenagem de produtos alimentícios perceíveis e não perceíveis embalados (origen animal e vegetal), utensílios, descartáveis, papelania, bebidas, materiais de uso e demais serviços inemetas e aguarda esporação das mercadorias recebidas em depósito. A empresa não realizará armazenamento de produtos perigosos e agropecuários. Caso opte por armazenar produtos sujeitos alicenças e control especiais, o Armazém providenciará previamente, antes de iniciar a operação, em conformidade com Regulamento interno, sendo cobrado na forma prevista nas Tarifas Officiais remuneratórias. Segurança: De acrodo com as Normas Tecnicas do armazém, consonte com a quantidade e a natureza das mercadorias, bem como os serviços propostos no regulamento interno e aprovados pelo profissional no Laudo Técnico de Vistoria. Comodidade: Condições a duso imediato. Equipamentos: 01 Empilhadeira Hidraulica até 6,0m e capacidade de 2.500kg, 01 paleteira hidráulica com capacidade 2.000kg. Sendo o que tinhamos a declarar, firmamos o presente, em três (3) vias de igual teor e forma. Indiatuba/SP, 20 de agosto de 2.024. Eduardo Guilhon E Sã. REGULAMENTO INTERD. REGULAMENTO INTERNO —

Artigo 1º - O presente regulamento interno é aplicado ao arrascem geral da filial da empresa E.F. Soluções Logisticas Ltda, estabelecida a Estrada Ângela Trevisan Ciciliato, 200 — Galpão 2 — Módulo 1 e 3 — Jardim Oliveira Camargo — Indaiatuba — SP — CEP: 13340-900, inscrita no CNP, sob n.º 11.688.366/0006-26, com arquivamento na Junta Comercial de São Paulo sob o NIRE n. 35.905.541.846., e que funcionará dentro da: culiaridades específicas de Armazém Geral. **Artigo 2º** - A empresa, de acordo com o decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1.903, tem po alidade a prestação de serviços de armazenamento de mercadorias e produtos nacionais ou importados já nacionalizados e que não possuen nalidade a prestação de serviços de armazename pecuária. **Artigo 3º** - Mediante a aplicação e imediato ressarcimento por parte dos usuários das tarifas oficiais, a mesma se obrigara depósito, a quardar e conservar as mercadorias recebidas em seus armazéns, entregando-as contra a apresentação dos documento no serviço de depósito, a quardar e conservar as mercadorias recebidas em seus armazéns, entregando-as contra a apresentação dos documentos que emitir. Artigo 4º - A empresa será responsável em relação às mercadorias recebidas em depósito: a) Pela guarda e conservação, bem como por ocorrências motivadas por culpa, fraude ou dolo de seus empregados e prepostos, e, pelos futos que porventura vierem a ocorrer no interior do armazém; b) Pela pronta e fiel entrega das mercadorias que tiver recebido em depósito, salvo as quebras de peso e alterações de características dos produtos referente à qualidade; c) Tempo de armazenagem, sob pena de sofrerem os responsáveis, as sanções previstas em lei. Parágrafo 1º - Quando coorrer recepção para estocagem de mercadoria da mesma natureza e qualidade, de propriedade diversa, para serem armazenadas em conjunto, a empresa não se obriga a devolver a mesma mercadoria recebida, devendo, no entanto, ser entregue mercadorias da mesma qualidade, de conformidade com o artigo 12º, parágrafo 1º, item I e II da Lei de Armazéns Gerais. Artigo 5º - A empresa poderá recusar mercadorias para depósito em seus armazêns: a) Quando não houver espaço suficiente para estocagem e conservação normal e perfeita; b) Quando se totara de inflamáveis, explosivos e demais produtos perigosos; c) Quando não estiverem dentro dos padrões de qualidade predeterminados em ficha técnica de cada produto a ser disponibilizada por cada fornecedor e/ou depositante; Parágrafo único: A empresa não poderá dar preferência à determinados depositantes à respeito de qualquer serviço, e atenderá as requisições de serviços na ordem cronológica de sua apresentação. Artigo determinados depositantes à respeito de qualquer serviço, e atenderá as requisições de serviços na ordem cronológica de sua apresentação. Artigo 6° - O armazêm estará aberto todos os dias útil durante o horário comercil. ARTIGO 7° - O feil Depositário poderá abeir o sinvolucros na presença do interessado ou de quem o represente, para verificar as mercadorias, recusando prontamente aquelas em cujo exame se constatou falsidade, simulação ou dolo. Na ausência do depositante ou de seu preposto, a conferência ou exame será executado na presença de duas testemunhas, as quais assinarão o termo de conferência. Parágrafo 1º – Á empresa, no recebimento das mercadorias fará pesar, medir, ou contar as que foren susceptíveis de serem pesadas, medidas ou contadas, constando em documento específico a quantidade, peso, invólucro, condições e serviços : dos para perfeito armazenamento das mercadorias recebidas. Parágrafo 2º - No caso de retirada da mercadoria, a emp serem efetuados para perfeito armazenamento das mercadorias recebidas. Parágrafo 2º - No caso de retirada da mercadoria, a empresa emitirá um nota fiscal de saída de mercadorias, total ou parcial. Artigo 8º - As mercadorias recebidas na empresa, nas condições previstas para seu perfeito armazenamento, constituirão um ou mais lotes, e cada lote receberá um número ou marca e serão declarados em documentos referentes. Artigo 9º - A entrega da mercadoria depositada ao depositante será feita mediante nota fiscal de saída, contra entrega à empresa do conhecimento de Depósito re respectivo "Warrant", caso tenha sido emitido, desde que todas as despesas de armazenageme e serviços, adiantamento, juros, seguros ou quaisquer outras despesas, tenham sido todas pagas à empresa. Artigo 10º - O prazo de depósito para efeitos do presente artigo começaria a contar da data de entrega da mercadoria no armazém e será de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado livremente por acordo das partes, desde que a mercadoria, pelo seu estado físico suporte perfeitamente a prorrogação. Parágrafo 1º - Serão consideradas abandonadas as mercadorias que, vencido o prazo de depósito, este não tiver prorrogado. Neste caso, o depositante será avisado para no prazo improrrogave de 8 (soit) dias proceder a sua retirada imediata, sob pena de serem as mesmas mercadorias vendidas em leilão publiko. Parágrafo 2º - A empresa fará uso do direito de retenção e mercadorias que lhe é facultado pela legislação vigente para garantia dos débitos do respectivo depositante, desde que os referidos débitos, também, tenham relação direta com os depósitos. Parágrafo 3º - Ara retirada de qualquer mercadoria das solutamente indispensavie a paresentação da Ordem de Entrega ou Recibo de Depósito ou Warrant. Artigo 11º - As indenizações persecverão em três meses, ıdispensável a apresentação da Ordem de Entrega ou Recibo de Depósito ou Warrant. **Artigo 11º** - As indenizações prescreverão em três mese ontados da data em que as mercadorias foram ou deveriam ter sido entregues, e serão calculadas pelo preço das mercadorias em bom estado Artigo 12º - As mercadorias depositadas no armazém da empresa, e que servirem de bens à emissão dos títulos de Conhecimento de Depósito ant, serão obrigatoriamente seguradas contra risco de incêndio, caso fortuito ou força maior, de conformidade com as previsões das Tarifa Oficiais pelo prazo e valor fornecido pelo depositante, o qual não poderá exceder do valor do mercado. Parágrafo 1º - A empresa poderá manti pólices ajustáveis para o seguro das mercadorias recebidas em depósito, cobrindo outras além do incêndio. Parágrafo 2º - No caso de sinistro mpresa é competente para receber a indenização devida pela seguradora, respondendo os direitos perante os depositantes ou portadores d rrant. **Artigo 13º** - A empresa fornecerá à escolha do depositante, simples recibo de depósito ou conhecimento de depósitos ou Warrar Warrant. **Artigo 15°** - A empresa fornecera à escolna do depositante, simples recido de deposito du comamento de depositos ou Comerna **Artigo 16°** - A empresa fornecera à escolna do depositos de Warrant a mercadoria representada não poderá ser objeto de embargo, penhora, sequestro ou qualquer outro embaraço que prejudique a sua livre e plena disposição, nos termos do Artigo 17 do Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903. **Artigo 15°** - O Fiel terá sob sua guarda, fiscalização, inspeção e limpeza, as instalações armazenadoras da empresa, competindo-lhe dirigi os serviços auxiliares do armazém. Parágrafo 1° - Os casos omissos ou não previstos neste regulamento interno serão regulados pelo Decreto-Lein 1.102, de 21 de novembro de 1.903 e demais leis vigente no País sobre o assunto. Indiaituba/SP, 20 de agosto de 2.024. **Eduardo Guilhon E Sá TARJESA OSICIAIS** 

1.102, de 21 de novembro de 1.903 e demais leis vigentes no País sobre o assunto. Indaiatuba/SP, 20 de agosto de 2.024. Eduardo Guilhon E Sá.

TARIFAS OFICIAIS

1. Taxa de Estocagem de Produtos: Armazenagem R\$ 44,90 por pallet / Quinzena - Descarga Paletizada R\$ 20,25 por pallet - Descarga

Granel R\$ 36,10 por pallet - Carga Paletizada R\$ 20,25 por pallet - Carga Granel R\$ 36,10 por pallet - Repaletização R\$ 36,10 por pallet

- Filme Plástico R\$ 12,50 por pallet - Picking + Carga R\$ 180,00 por pallet - Devolução R\$ 1,40 por caixa - Seguros R\$ 1,70 a cada R\$ 1,000,00 por nota de armazenagem / quinzena. 2. Taxas Ad Valorem: Percentual Cobardo sobre o pico mensal de estoques 0,23% sobre o valor da mercadoria. Indaiatuba/SP, 20 de agosto de 2.024. Eduardo Guilhon E Sá - Administrador.

REGISTRO JUCESP nº 340.223/24-8 em 13/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

# Pessoas em situação de rua, um problema de todos

Diego Augusto vive há cinco anos em situação de rua no centro do Rio de Janeiro. Nesse tempo, passou por todos os equipamentos de acolhimento municipais e estaduais. A avaliação que faz deles é negativa: albergues infestados por percevejos, educadores sociais que chama de "opressores sociais" e estrutura ineficiente para o trabalho com

Enquanto sobram problemas, falta paciência para ouvir promessas vazias das autoridades. Chega a época de eleições, os futuros prefeitos, os futuros vereadores, os futuros candidatos aparecem. Querem mostrar que estão fazendo algo. Mas, tudo isso não passa de hipocrisia. Eu incentivo as pessoas a lutar e a se manifestar, a mostrar na mídia a indignação pelos direitos violados", diz Diego.

As eleições municipais de 2024 são um dos caminhos para a população brasileira se manifestar em defesa daqueles, como Diego, que não têm moradia e vivem em situação precária nas ruas do país. Estruturas de acolhimento e de assistência social são de competência das prefeituras. Cabe aos eleitores, portanto, estarem atentos aos planos de governo dos candidatos e os pressionarem a incluir o tema em suas discussões.

"Pessoas em situação de rua têm voz própria. Eles têm fóruns de defesa dos seus direitos e representações como sujeitos coletivos em vários movimentos sociais. Importante lembrar que eles também votam, embora não a totalidade. Então, têm uma organização política, mas não podem lutar sozinhos. E importante que a gente também fortaleça essa luta, ampliando, dando voz e visibilidade às necessidades dessa população", defende Ana Paula Mauriel, assistente social e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Depois de muita luta dos movimentos sociais, a Política Nacional para a População em Situação de Rua foi instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Havia a previsão de assistência social, saúde, moradia, entre outras ações. Mas a resposta dos municípios foi muito baixa. Em 2023, apenas 18 cidades haviam aderido à política em um universo de 5.570 municípios no país.

Em dezembro de 2023, o go-

verno federal lançou o "Plano Ruas Visíveis - Pelo direito ao futuro da população em situação de rua", com investimento inicial de R\$ 982 milhões. Uma espécie de atualização do plano de 2009, baseados em sete eixos: assistência social e segurança alimentar; saúde; violência institucional; cidadania, educação e cultura; habitação; trabalho e renda; e produção e gestão de dados. Até o momento, apenas o Rio de Janeiro e Belo Horizonte aderiram ao plano.

'O padrão de atuação com a população em situação de rua é um recolhimento pela violência ou pelo encarceramento via saúde mental. Sempre se priorizou uma política de higienização. E isso vem aumentando desde a pandemia nos grandes centros urbanos. A ideia de recolhimento compulsório das pessoas e a retirada dos pertences delas", analisa a professora Ana Paula Mauriel

Uma dificuldade importante para pensar políticas públicas voltadas a essa população é a falta de informações atualizadas. A única pesquisa nacio-nal é de 2008, o 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre a Popula-ção em Situação de Rua, que identificou quase 32 mil pessoas acima de 18 anos em 71 cidades. O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) divulgou relatório em 2023 que aponta a existência de 236.400 pessoas nessa situação. Os dados se baseiam no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais.

A população em situação de rua se concentra nos grandes centros urbanos. Cerca de 90% dela vivem em dez cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte Salvador, Brasília, Fortaleza, Porto Alegre, Curitiba, Campinas e Florianópolis. A cidade de São Paulo sozinha tem 41%.

Alguns municípios fazem levantamentos próprios, mas também têm problemas de atualização. Um exemplo é São Paulo, que aplicou o último censo em 2021. Nele constavam 31.884 pessoas. O Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, do Polo de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), usou dados do CadÚnico que mostram 64.818 pessoas nessa condição em 2023. Os pesquisadores dizem que a gestão municipal paulista teve a pior taxa de atualização do cadastro, quando comparada à de outras capitais.

Além de um mapeamento atualizado das pessoas que estão em situação de rua, o eleitor pode ficar atento para a estrutura assistencial e de saúde especializada que o município oferece: se existem unidades suficientes, se elas estão em boas condições de funcionamento e se oferecem atendimento adequado aos usuários.

Um dos serviços municipais exclusivos para essa população é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). Ele tem a função de escuta, acolhimento, orientação, encaminhamento e articulação da rede socioassistencial.

Há também o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). Ele deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e de emissão de documentação civil. Também proporciona endereço institucional como referência para o usuário.

Existem ainda os serviços de acolhimento, que são os abrigos, casas de passagem e repúblicas. Um dos principais problemas, nesses casos, é o número insuficiente de vagas. O município do Rio de Janeiro é um exemplo disso. Em 2022, havia 7.865 pessoas em situação de rua e o número de vagas de acolhimento era de 2.200. Ou seja, o déficit era de 5.665 vagas.

No que se refere aos serviços de saúde, além do acesso ao Sistema Unico de Saúde (SUS), a população em situação de rua conta com um serviço específico: o Consultório na Rua. Um programa com diferentes profissionais que fazem atendimento fixo ou móvel. São oferecidos cuidados básicos, como curativos, remédios, orientações de cuidado e encaminhamentos para unidades de saúde. Em 2023, o Consultório na Rua estava presente em 138 municípios.

Para quem está em condição extrema há tanto tempo, é difícil acreditar que os poderes municipais por si só tenham interesse em transformar a realidade dos que vivem nas ruas. Por isso, Diego Augusto entende que um futuro melhor, com a garantia de todos os direitos, depende do envolvimento de toda a socieda-

## Proposta de Lei Orçamentária do PR prevê aumento de quase 60% nos investimentos em 2025

A Proposta de Lei Orçamentária (PLOA) para 2025 prevê um aumento de 59,2% nos investimentos em comparação a 2024, ano em que o Paraná quebrou um recorde de 20 anos nos valores empenhados para esse fim. Com um total de R\$ 6,3 bilhões que devem ser aplicados em obras, serviços de manutenção e melhorias em todas as regiões do Estado, o valor é R\$ 2,4 bilhões maior do que o presente no orçamento atual.

Os números foram apresentados durante a audiência pública realizada pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) na terça-feira (24) para discutir a proposta de orçamento que será enviada à Assembleia Legislativa nos próximos dias. E, entre receitas e despesas previstas para o novo ano, o crescimento expressivo nos investimentos foi um dos pontos de destaque da

De acordo com o diretor do Orçamento Estadual (DOE), Tadeu Cavalcante, esses dados são consequência do trabalho de responsabilidade fiscal adotado pelo Governo do Paraná nos últimos anos e dão continuidade a uma política de buscar o desenvolvimento de todas as regiões do Estado. "A ideia é de que os órgãos estejam todos preparados para que os processos e procedimentos licitatórios já estejam plenamente em curso para que o início do exercício de 2025 seja de execução, mobilização de obras e efetivas entregas dentro das metas", disse.

Na prática, esses investimentos vão levar aos paranaenses uma série de ações que visam melhorar sua qualidade de vida. A previsão da PLOA é de que, em 2025, sejam destinados nada menos do que R\$ 2,1 bilhões para o andamento de trabalhos de in-

Esse valor inclui várias obras que já estão em andamento, o que significa que os trabalhos nos canteiros espalhados por todo o Paraná devem continuar fazendo com que obras importantes avancem. Īsso inclui, por exemplo, a construção da Ponte de Guaratuba, a continuidade da duplicação da Rodovia dos Minérios entre Curitiba e Almirante Tamandaré e as melhorias na PR-317 entre Maringá e Iguaraçu, que preveem uma nova ponte, viadutos e passarelas no trecho.

Além disso, a PLOA 2025 já antecipa para quais regiões do Estado parte desses R\$ 2,1 bilhões serão alocados. Durante a reunião, a Diretoria do Orçamento Estadual apontou que R\$ 1,8 bilhão já tem destino certo. Com base nas regiões intermediárias, são elas: Curitiba - R\$ 875 micavel - R\$ 258 milhões; Guarapuava - R\$ 47 milhões.

Segundo o secretário estadual da Fazenda, Norberto Ortigara, todos esses valores já estão presentes no orçamento de 2025 que será enviado à Assembleia Legislativa, mas que não são as únicas no horizonte. "Todas essas obras e investimentos já estão planejadas e descritas na PLOA, mas tem mais coisas que vão acontecer ao longo da execução orçamentária — e a gente quer privilegiar o investimento", explicou.

Esse crescimento do investimento é resultado do trabalho conjunto da Sefa com a Secretaria de Estado do Planejamento com foco nas entregas do Plano Plurianual (PPA).

Segundo o diretor de Planejamento da SEPL, Breno Lemos, lhões; Ponta Grossa - R\$ 168 mi- as duas secretarias se dedicaram ção básica e a assistência hos- e eficiente, sendo capaz de atenlhões; Londrina - R\$ 196 milhões; a conectar as entregas previstas pitalar e ambulatorial. Além der às políticas públicas do Es-

o ciclo 2024-2027 foram promovidas uma série de inovações metodológicas que resultaram em 1.326 entregas previstas para a sociedade nesse horizonte de tempo", disse. "Esse é o maior número de entregas da história dos nossos planos plurianuais".

Embora as obras de infraestrutura sejam um dos principais investimentos descritos na PLOA 2025 elas não são as únicas melhorias propostas para o próximo ano. Durante a audiência pública, a Sefa antecipou outros investimentos previstos que compõem os R\$ 6,3 bilhões dedicados apenas a este fim.

A saúde é uma das áreas que mais vai receber recursos para ampliar e otimizar seu atendimento no Estado. São R\$ 1,1 bilhão que vão ser usados, por exemplo, para melhorar a aten-Maringá - R\$ 273 milhões; Cas- no PPA à lei orçamentária. "Para disso, a educação deve rece-

ber um aporte de R\$ 679 milhões e, na agricultura, mais R\$ 372 milhões para a promoção da produção agropecuária com destaque para o fortalecimento da agricultura familiar.

De acordo com o diretor-geral da Secretaria da Fazenda, Luiz Paulo Budal, houve um enorme esforço por parte de todos os departamentos da pasta para fazer com que a PLOA otimize todos os recursos possíveis. "Houve um trabalho intenso para controlar o crescimento das despesas correntes, mas também de otimizar esses recursos desvinculados, ou seja, aqueles vindos de fundos e que normalmente ficam acumulados, apenas rendendo juros", explicou.

Isso faz, conforme apontado por Budal, que a lei orçamentária apresentada seja moderna

# Cármen Lúcia condena episódios de violência na campanha eleitoral

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, condenou na última terca-feira (24) episódios de violência envolvendo candidatos e seus assessores na campanha eleitoral.

Sem citar casos específicos, a ministra determinou que a Polícia Federal (PF), o Ministério Público e os tribunais regionais eleitorais (TREs) priorizem a investigação e julgamento de processos

envolvendo a questão durante a campanha eleitoral.

Durante a abertura da sessão, Cármen Lúcia disse que a violência praticada na política desrespeita a sociedade e a democracia.

"Por despreparo, descaso ou tática ilegítima e desqualificada de campanha atenta-se contra cidadãs e cidadãos, atacam-se pessoas e instituições e, na mais subalterna e incivil descompostura, impõe-se às pessoas honradas do país, que querem entender as propostas que os candidatos têm para a sua cidade sejam elas obrigadas a assistir cenas abjetas e criminosas, que rebaixam a política a cenas de pugilato, desrazão e notícias de crimes", afirmou.

A presidente também afirmou que candidatos e auxiliares de campanha devem respeitar a democracia brasileira.

"Há que se exigir, em nome

do eleitorado brasileiro, que candidatos e seus auxiliares de campanha deem-se ao respeito. E se não se respeitam, respeitem a cidadania brasileira, que ela não está à mercê de cenas e práticas que envergonham e ofendem a civilidade democrática", disse.

Cármen Lúcia alertou que os partidos, que usam recursos públicos nas campanhas, não podem compactuar com episódios

"Não podem os partidos, pactuar com desatinos e cóleras expostas em cenas de vilania e desrespeito aos princípios básicos da convivência democrática", completou.

As declarações da ministra ocorrem um dia após mais um caso de violência registrado na campanha para a prefeitura de São Paulo. Na última segundafeira (23), Duda Lima, publicitário do atual prefeito e também

candidato Ricardo Nunes (MDB), foi agredido por Nahuel Medina, assessor do candidato Pablo Marçal (PRTB).

A agressão ocorreu no final do debate eleitoral realizado pelo grupo Flow, proprietário de um podcast na internet.

Há duas semanas, o candidato Datena (PSDB) agrediu Marçal com uma cadeira durante debate realizado pela TV Cultura. (Agência Brasil)

## Maioria dos professores já presenciou casos de racismo entre alunos

Mais da metade dos professores (54% do total) já presenciaram casos de racismo envolvendo seus alunos em salas de aula. È o que mostra pesquisa inédita do Observatório Fundação Itaú, em parceria com o Equidade.Info, realizada com estabelecimentos de ensino das redes pública e privada no Brasil.

De acordo com o levantamento, esse percentual cresce entre professores do ensino fundamental II (do 6º ao 9º ano), chegando a 67%. Entre os professores do fundamental I (entre o 1º e o 5º ano) o índice é de 48%. Entre os professores do ensino médio, o percentual é de 47%.

"Os professores percebem que existem sim situações de racismo entre os estudantes. Mas essa percepção muda entre pro-

fessores brancos e negros. Entre os professores negros, corresponde a 56%, enquanto entre os brancos é de 48%. Essa percepção muda também entre os estudantes. Nesse caso, perguntamos se eles se sentem respeitados pelos seus cabelos crespos, penteados ou cor de pele. E a gente viu que 13% dos estudantes negros discordam, mas, entre os brancos, o índice é de 8%", disse Esmeralda Macana, coordenadora do Observatório Fundação Itaú. A pesquisa foi feita sob dois

recortes. Um deles analisou o clima escolar e foi realizado em 144 escolas, ouvindo 2.706 alunos, 384 docentes e 235 gestores entre março e abril deste ano. A outra parte do estudo analisou o enfrentamento ao racismo, com

dados colhidos entre abril e maio de 2024 em 160 escolas, 2.889 alunos, 373 docentes e 222 gestores. "Buscamos entender como os estudantes se sentem no cotidiano escolar e como isso se caracteriza na percepção deles próprios, dos professores e dos gestores escolares", explicou Esmeralda. No levantamento sobre clima

escolar, o estudo mostrou que a sensação de acolhimento dos alunos nas escolas vai diminuindo conforme avancam as etapas de ensino. Nos anos iniciais do ensino fundamental (entre o 1º e o 5º anos), por exemplo, o índice de acolhimento chega a 86%. Nas etapas finais do ensino fundamental (entre o 6º e o 9º ano) essa sensação cai para 77%. Quando se analisam os estudantes do ensino médio, o percentual passa a ser de 72%.

"A sensação de acolhimento dos estudantes vai diminuindo conforme as etapas de ensino. Por exemplo, no caso dos anos iniciais, essa percepção é de 86%", disse Esmeralda, em entrevista à Agência Brasil. A pesquisa revelou ainda que

essa sensação de acolhimento é maior entre os brancos. Cerca de 84% dos alunos brancos dizem se sentir acolhidos, enquanto esse índice cai para 78% entre os negros.

Há também uma diferença de percepção sobre o acolhimento entre alunos, professores e gestores. Entre os professores, 92% disseram que os alunos se sentem acolhidos na escola, uma diferença de 11 pontos em relação à mesma pergunta feita para os alunos (81%). Entre os gestores, o percentual sobe para 93%.

O segundo recorte, sobre o enfrentamento ao racismo, indicou que sete em cada dez estudantes (70%) concordam que os alunos negros são respeitados nas escolas em relação ao seu fenótipo. Essa percepção, porém, é diferente entre alunos brancos e negros: entre os primeiros, 8% discordam do anunciado, enquanto para os negros, o percentual é de 13%

Outro dado apresentado pelo estudo mostra que 21% dos professores brancos disseram não saber o que fazer para lidar com o racismo dentro da escola. Entre os docentes

negros, o índice cai para 9%. Na média geral, 75% dos professores disseram que na sua escola há procedimentos para lidar com casos de racismo. "È preciso que exista a formação dos

professores para identificar essas situações de racismo", disse a coordenadora.

No entanto, destacou Esmeralda, o enfrentamento ao racismo não é tarefa apenas dos professores. Para ela, somente ações estruturais e que envolvam toda a rede de ensino, juntando comunidade, funcionários e familiares dos alunos, podem superar o problema. "Quando as crianças se sentem mais valorizadas por sua identidade, seu território e sua cultura, elas vão se sentir mais acolhidas, defendeu.

Segundo ela, todas essas ações são importantes não só para o enfrentamento do racismo, mas também a promoção de um clima positivo, prevenindo violências e bullyings. (Agência Brasil)